

POVO LIVRE

Director: Luis Álvaro Campos Ferreira

Periodicidade Semanal

Internet: www.psd.pt - E-Mail: povolivre@psd.pt



Primeiro-Ministro visita o Nordeste Transmontano

(Pag. 15)

Debate do PM no Parlamento



(centrais)

Santana Lopes com a CPD de Braga



(pag. 10)

Victor Cruz aposta na família



(pag. 8)

Intervenção sobre a Criação da Agencia Gestora da Floresta Nacional (AGFN), o Fundo de Reconversão Florestal (FRF), e as Unidades de Gestão Florestal (UGF)

Deputado Fernando Penha

Assembleia da República, 28 de Janeiro de 2004



(...)

Célere e eficiente na sua acção, o **Governo apresentou uma Reforma estrutural profunda e completa** encontrando-se já em estado de finalização os respectivos Projectos de Diploma, **assumindo a Floresta como uma prioridade nacional** e um bem essencial em todas as vertentes: **económica, social, ecológica, paisagística e cultural.**

... reforma estrutural da floresta, aqui

apresentada **rompe decisivamente com as deficiências** de um passado longínquo que levaram o espaço florestal português à debilidade e insegurança que todos reconhecemos, susceptível de originar catástrofes como a que aconteceu no fatídico Verão do ano passado e em muitos outros Verões anteriores que se prolongam pelos antecedentes da nossa memória.

Esta reforma estrutural abrange as necessidades imediatas e o futuro, estabelece rumos seguros e consistentes, organiza o sector e adequa a interacção dos agentes para uma nova floresta...

(...)

Neste contexto, o Projecto de Lei N.º 384 / IX do Partido Socialista hoje e aqui em apreciação, é uma iniciativa gorada e ultrapassada, que nada acrescenta ao que já está feito pelo Governo. Estruturas e medidas previstas no Projecto do PS já constam na Reforma estrutural das Florestas elaborada pelo actual Governo, nalguns casos o PS apenas mudou o nome.

(...)

Intervenção sobre a morte de Miklos Féher

Deputado Melchior Moreira

Assembleia da República,
29 Janeiro de 2004



(...)

No passado Domingo o país ficou consternado ao ver, em directo, a morte trágica de Miklos Féher, carinhosamente conhecido por Miki, um jovem atleta, respeitado e estimado por todos os seus colegas, adversários e dirigentes.

(...)

Em nome do GP/PSD, solidarizamos-nos com o sofrimento causado pela morte do jogador Miklos Féher, e neste momento de profunda consternação, não podemos esquecer os seus familiares, os seus amigos, bem como endereçar ao S.L. Benfica, na pessoa do seu presidente, a expressão de sentidos pêsames.

Agendamento

Quarta-Feira, dia 4 de Fevereiro de 2004-15:00h

Debate sobre o **Programa de Estabilidade e Crescimento para o período de 2004-2007.**

Quinta-Feira, dia 5 de Fevereiro de 2004-15:00h

Projecto de Lei n.º 49/IX(PS)

(Criminaliza o comércio de órgãos e tecidos humanos, bem como a propaganda e aliciamento associados à sua prática (aditando novas disposições à Lei n.º 12/93, de 22 de Abril)

Apreciação Parlamentar n.º 60/IX(PS)

(Estabelece o regime de atribuição de apoios financeiros do Estado, através do Ministério da Cultura, a entidades que exercem actividades de carácter profissional no domínio das artes do espectáculo e de arte contemporânea, designadamente das artes plásticas e visuais)

Projecto de Resolução n.º 127/IX(PS)

(Dupla tributação dos emigrantes portugueses na Alemanha)

VOTAÇÕES

Sexta-Feira, dia 6 de Janeiro de 2004-10:00h

Projecto de Resolução n.º 197/IX (PSD e CDS-PP)

(Institui o Dia Nacional do Sapador Florestal)

Petição n.º 76/VIII/3ª (Associação para a Defesa dos Filhos e dos Pais Separados -"Pais para Sempre")

(Solicitam que sejam alterados alguns diplomas legais, designadamente, o Código Civil, a Organização Tutelar de Menores e a Lei de Protecção da Maternidade e da Paternidade)

Relatório da Comissão Parlamentar de Execução Orçamental sobre a dívida pública e garantias pessoais do Estado em 2003.

Observatório

A Mensagem Presidencial

(...) Da mensagem só podem merecer o apoio de quantos encaram a intervenção política de uma séria e construtiva, colocando em primeiro lugar os interesses do país. Temos de reconhecer, por justiça, que o Governo acaba de dar um grande exemplo desta forma de entender a política, ao decidir um meio congelamento das remunerações da função pública pelo segundo ano consecutivo.

Tavares Moreira, Diário Económico, 27/01/04

O Valor de um sorriso

Final, os portugueses também têm muitas qualidades, que podem ser despertadas e canalizadas no sentido certo. O Facto de só serem despertadas num clima de emoção (...) torna-as ainda mais racionalmente orientadas no rumo certo.

Luís Filipe Menezes, Correio da Manhã, 29/01/04

A consciência e o voto

Difícilmente há questão com mais sentido para ser de consciência do que o aborto. Ainda mais em Portugal. Não entro em discussões metafísicas sobre a "vida" e o seu começo. Não discuto embriões, fetos e datas

Pacheco Pereira, O Público, 29/01/04

A opinião pública e a opinião publicada

O Estaoa não rouba ao Estado, como toda a gente compreenderá. Apesar de assim ser, muito se disse e escreveu, de forma peremptória, como verdade indesmentível, que a ministra da justiça cometera um crime.

Guilherme Silva, A Capital, 30/01/04



Intervenção sobre a criação das autoridades metropolitanas de Lisboa e Porto

Deputado Fernando Pedro Moutinho

Assembleia da República, 29 de Janeiro de 2004

(...)
Hoje o PCP devia estar a **elogiar o Governo por ter tido a coragem de levar para a frente esta profunda reforma** que não será só nas estruturas e organizações, mas sobretudo das mentalidades.

(...)
As Autoridades Metropolitanas são, de facto, uma oportunidade para mudar algumas das ineficiências do sistema de transportes e de mobilidade, mas o risco de tudo ficar na mesma ou pior era real, se não houvesse o realismo que ficou plasmado no texto final do Diploma e que o PCP agora pretende criticar. Não têm razão! As finanças públicas têm limites e pode haver muitos ganhos de eficácia com coragem política para mudar o passado.

Por isso, reforço a minha opinião de que estas entidades terão de ser efectivamente autoridade!

E autoridade para fazer o quê?

Refiro algumas das atribuições deste Diploma:

1. São atribuições entre outras das AMT, em matéria de planeamento:

a) Definir as directrizes da política de transportes;
b) Elaborar o plano metropolitano de mobilidade e transportes;

c) Planear redes e serviços de transportes públicos metropolitanos, rodoviários, ferroviários e fluviais, incluindo a localização de interfaces e terminais;
d) Efectuar o planeamento e programação das infraestruturas rodoviárias e ferroviárias;

e) Promover a intermodalidade;
f) Acompanhar a elaboração dos instrumentos de gestão territorial;

2. São também atribuições das AMT, em matéria



de organização do mercado:

a) Avaliar a eficiência e a qualidade dos serviços de transportes públicos de passageiros;

b) Fiscalizar o cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis bem como o cumprimento dos contratos, concessões ou autorizações dos programas de exploração;

3. São igualmente atribuições das AMT, em matéria de financiamento e tarifação:

a) Estabelecer as obrigações inerentes ao serviço público de transportes metropolitanos, no quadro das determinações estabelecidas pelo Governo;

b) Gerir o financiamento dos serviços de transportes públicos de passageiros, assegurando a atribuição de verbas provenientes das diversas fontes de recursos destinados a esta finalidade;

c) Desenvolver um sistema tarifário integrado;

d) Definir os princípios e regras tarifárias aplicáveis às infraestruturas, interfaces e estacionamentos de

interesse metropolitano;

e) Implementar sistemas de bilhética, regular a comercialização dos títulos de transporte multimodais e a distribuição das receitas deles provenientes;

f) Mecanismos de regulamentação, programação, incentivo e apoio financeiro à aquisição e renovação de frotas,

4. Em matéria de promoção do transporte público são atribuições das AMT:

a) Promover a imagem global dos sistemas de transportes públicos;

b) Divulgar a oferta de serviços;

c) Promover iniciativas de inovação tecnológica e de serviços;

5. São atribuições das AMT em matéria de investigação e desenvolvimento:

a) Apoiar, participar e financiar, no âmbito dos planos de actividades aprovados, projectos de investigação sobre transportes públicos e mobilidade urbana;

b) Promover a implantação de projectos inovadores e acções piloto, com efeitos sobre a mobilidade urbana.

(...)

Concluo, manifestando a minha confiança de que este passo, sendo muito importante, corresponde a um processo gradual, alicerçado num forte profissionalismo e com autoridade.

(...)

Já chega da desorganização e ineficiência que vivemos.

O tempo das reformas na área dos transportes e da mobilidade está em curso. O Governo está no bom caminho.

(...)

Intervenção sobre o regime jurídico aplicável ao tráfico e consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas

Deputada Adriana Aguiar Branco

Assembleia da República, 29 de Janeiro de 2004

... **Comissão de Estupefacientes da Organização das Nações Unidas**, em reunião de 7 de Março de 2001 e na sequência duma **recomendação da Organização Mundial de Saúde**, decidiu aditar às tabelas anexa à Convenção sobre as Substâncias Psicotrópicas de 1971, as substâncias **2C-B, GHB e Zolpidem**.

Nessa conformidade, esta proposta de lei adita à tabela II-A, anexa ao mencionado Decreto-Lei, as substâncias 2C-B e GHB e à tabela IV, a substância Zolpidem.

Tanto a substância 2C-B como a GHB inserem-se nas chamadas "drogas sintéticas". São estimulantes do sistema nervoso central e provocam efeitos alucinogénicos. São equiparadas às anfetaminas e existem na forma líquida ou em pó.

A substância 2C-B produz efeitos eróticos e efeitos visuais intensos, como cores, objectos a moverem-se, etc. Provoca náuseas, tremores e nervosismo. O seu potencial danoso é elevado.

A GHB é também denominada "ectasy líquido". A utilização desta substância envolve frequentemente o uso de outras drogas como sejam o álcool e o MDMA (ectasy), aumentando muito a sua perigosidade.

Provoca sonolência, vomito, espasmos e perda de memória temporária. A overdose provoca baixa de respiração, coma e mesmo a morte.

(...)

Pela sua **perigosidade e risco para a saúde pública**, torna-se assim, imperativo **sujeitar estas substâncias a medidas de controlo e à aplicação de sanções em caso de ocorrência de contra-ordenações na sua produção, tráfico ou consumo**.

Acresce o facto, que é do domínio público, do grande aumento do consumo e tráfico destas drogas sintéticas, sendo por tudo isto urgente adequar a previsão legal às novas realidades, a fim de permitir o combate mais eficaz a este flagelo das sociedades actuais.

(...)



Intervenção sobre a segurança nos locais destinados a banhistas

Deputado Manuel Oliveira
Assembleia da República,
28.JAN.2003



(...)

A assistência a banhistas nas praias é regulada por um normativo que data do ano de 1959.

Ao longo de mais de quatro décadas verificamos

um significativo crescimento da prática banhear com esforços louváveis dos Organismos Públicos incumbidos da assistência a banhistas.

Mas o processo legislativo e regulamentar não se actualizou.

Reconhecemos o trabalho dos Organismos Públicos na promoção de acções de informação, sensibilização, demonstração de salvamento e vigilância, formação de nadadores-salvadores e fornecimento de material de assistência nas praias de banhos.

(...)

...apresentamos o projecto de lei nº 406/IX, que apreciamos neste momento.

Esta iniciativa tem por objecto a **garantia da segurança dos banhistas** nas praias marítimas, fluviais, lagos, lagoas e outras águas interiores consideradas adequadas para a prática de banhos.

O princípio geral deste projecto é a **garantia de segurança dos banhistas ao longo da época balnear**.

Entendemos e propomos que a época balnear

seja definida para cada praia em função das condições climatéricas e das características geofísicas de cada zona balnear, bem como, dos interesses sociais ou ambientais em presença.

(...)

Nas praias não concessionadas caberá ao Estado, por intermédio dos Ministérios da Defesa Nacional e das Cidades Ordenamento do Território e Ambiente a adopção de medidas e procedimentos que garantam a segurança dos banhistas.

Por fim propõe-se uma medida ainda no âmbito da segurança dos banhistas que se prende com a exclusão do exercício de actividades náuticas motorizadas.

(...)

...com esta iniciativa vamos contribuir directa e primeiramente para a **segurança dos utilizadores dos espaços balneares** e indirectamente para o favorecimento da actividade turística.

(...)

Intervenção relativa ao regime das taxas moderadoras no acesso à prestação de cuidados de saúde no âmbito do S.N.S., e sobre o regime jurídico da gestão hospitalar

Deputada Clara Carneiro
Assembleia da República, 23.O1.2004



(...)

...o Governo reconheceu a política da **gestão hospitalar** como um dos vectores prioritários e de maior impacto no programa, a que estamos a assistir, de reforma do sector da saúde.

É cumprir o Programa do Governo.

A satisfação das necessidades dos doentes, em tempo útil, com qualidade e rigor na despesa pública, são objectivos essenciais que estão na base deste diploma.

(...)

A aposta deste governo, de que a legislação que agora apreciamos é um dos muitos exemplos,

É precisamente na melhor afectação de recursos humanos, físicos e financeiros

É, precisamente, no combate à baixa produtividade, à rigidez de gestão e à falta de estímulos à eficiência, à produtividade e à qualidade.

A criação de incentivos adicionais que se traduzem na melhoria das condições de trabalho e no desenvolvimento de uma cultura que fomenta o mérito e a produtividade, são eixos de desenvolvimento estratégico presentes na reforma em curso.

(...)

É com este Governo e com esta legislação que o tradicional modelo de hospital financiado em orçamentos históricos, dá lugar a um novo regime de pagamento dos actos, técnicas e serviços, **efectivamente prestados**.

(...)

...agenda do Ministério da Saúde para 2004, para além do potencial de melhoria da rede de hospitais S.A. e da revisão do modelo de gestão dos hospitais universitários, o **reenfoque da gestão dos hospitais SPA nos factores críticos de melhoria** é matéria que exige particular acompanhamento.

(...)

A Lei de Bases da Saúde (Lei 48/90 de 24 de Agosto) estabeleceu a possibilidade de serem cobradas taxas moderadoras no acesso à prestação de cuidados de saúde, com o objectivo de complementar as medidas reguladoras do uso dos serviços de saúde.

(...)

Os doentes mais carenciados, quer os de menores recursos, quer os portadores de doenças mais incapacitantes estão isentos das taxas moderadoras.

(...)

É assim com **este Governo**, é assim que se **garante o reforço efectivo do princípio de justiça social**.

(...)

Intervenção sobre a actividade de mediação imobiliária

Deputada Maria João Fonseca
Assembleia da República
22.01.2004



(...)

A relevância do mercado imobiliário, o **volume de negócios e a necessidade de disciplinar** um sector tão sensível como o da **intermediação imobiliária**, no **interesse e defesa do consumidor** de modo a impedir que o comprador de imóveis, se veja confrontado com situações indesejáveis, **impõe uma revisão do Decreto-lei que regulamenta a actividade de mediação imobiliária**, o qual já se encontra desajustado face à evolução do mercado e ao facto de muitos dos vectores que eram a trave mestra daquele diploma legal necessitarem de melhoramentos, fruto da experiência resultante da sua aplicação.

(...)

...com o presente pedido de autorização legislativa pretende-se proceder a uma alteração substancial da legislação aplicável no sentido de disciplinar, dignificar e melhorar a qualidade dos agentes económicos que exercem a actividade.

(...)



Intervenção sobre a protecção das fontes dos jornalistas

Deputado António Montalvão Machado

Assembleia da República,

29 de Janeiro de 2004-01-29



(...)

Refira-se, desde já, que o assunto em questão -a inevitabilidade da quebra do segredo profissional em determinadas situações- tem sido abundantemente tratado na doutrina..., tem sido criteriosamente abordado na jurisprudência (até na jurisprudência constitucional)... e foi alvo de profundo debate no processo legislativo que antecedeu a revisão de 95 do Código Penal.

O que ficou estabelecido consiste no seguinte:

-as entidades referidas no n.º 1 do art. 135º do Código de Processo Penal (ministros de religião ou confissão religiosa, advogados, médicos, jornalistas e outras pessoas que possam invocar o segredo profissional) podem escusar-se a depor sobre factos abrangidos precisamente por esse segredo profissional.

É o direito ao silêncio ou ao sigilo, como lhe chamou o antigo Deputado desta Casa, e também professor Costa Andrade.

O direito processual penal reconheceu, portanto, este verdadeiro direito de recusa de depoimento.

(...)

Note-se que o legislador quis que fosse o tribunal superior àquele em que o incidente é suscitado a apreciar e decidir esta questão, não tanto (como se diz no douto relatório elaborado pelo Sr. Deputado Arons de Carvalho) para se obter uma maior independência, mais antes para se conseguir um acrescido grau de certeza e acerto na decisão.

E não se esqueça ainda que a decisão a proferir deve ser precedida de parecer emitido pelo organismo representativo da profissão relacionada com o segredo em causa, seja ele, por exemplo, a Ordem dos Advogados, a Ordem dos Médicos ou o Sindicato dos Jornalistas.

Ao tribunal superior competirá, pois, sopesar os interesses em confronto, na busca do interesse dominante ou prevalente.

(...)

...a regra deve ser esta: **-o tribunal só pode impor a quebra do segredo profissional se verificar que os interesses que o segredo visa proteger são manifestamente inferiores aos prosseguidos com a sua revelação.**

Para isso, há-de o tribunal reflectir sobre múltiplas circunstâncias: -o peso relativo das representações em confronto..., a natureza e a gravidade da infracção..., as consequências da revelação, etc.

Chegados aqui..., sabemos que isto é assim,... e que isto se aplica,

harmoniosamente, a todos os segredos profissionais, excepto o segredo religioso e o segredo de Estado, por razões óbvias, pacíficas e que agora não vêm ao caso.

(...)

Ora, chegados aqui, dizia, o que é que os Srs. Do Bloco de Esquerda pretendem?

Que esta construção equilibrada só se aplique aos jornalistas quando ela seja a única e última forma de prevenir, directamente, um crime.

Vou tentar ser prático: -estou convencido de que o Bloco de Esquerda aceita que esta sua iniciativa baixe, sem votação, à 1.ª comissão, para ser integrada no processo de reflexão e de audições que se vem fazendo a propósito de eventuais alterações aos Códigos Penal e de Processo Penal...

Mas, se não for esse o caso, não quero deixar de transmitir à Câmara a nossa opinião concreta sobre o projecto de lei.

Ele é, antes de mais, redutor para o próprio segredo profissional dos jornalistas, pois que só regula a hipótese da sua quebra como forma de prevenir directamente um crime ?

Então, e em relação a um crime já cometido e que está sendo investigado ?

Então, e a questão coloca-se, em termos de absoluta paridade, perante a iminência de qualquer crime ?

Em tese, o projecto apresentado não permitiria ordenar um depoimento de um jornalista quando se estivesse a investigar um acto terrorista e houvesse fundados elementos para supor que ele, jornalista, era conhecedor da identificação do criminoso..., mas o segredo profissional do jornalista já poderia ser quebrado como forma de evitar a prática de um crime de injúrias, por exemplo.

Por isso, somos levados a concluir que o projecto é muito..., muito deficiente.

Por outro lado, é o próprio projecto que, pretendendo (pretendendo só) proteger as fontes dos jornalistas, as mistura com o segredo sobre factos..., sobre o conhecimento de determinadas informações..., na medida em que no articulado proposto nem uma palavra se diz a propósito de tal distinção, nos casos em que esta exista.

É que a fonte de informação pode ser o próprio facto investigando.

Acresce que o projecto de lei esquece uma Recomendação do Comité Director dos Meios de Comunicação Social (adoptada pelo Comité de Ministros, como bem se diz no parecer aprovado na 1.ª comissão), na qual se assinala que o direito e a prática dos Estados Membros devem prever uma protecção explícita e clara do direito dos jornalistas de não divulgarem informações que identifiquem as suas fontes, excepto se existir um imperativo preponderante de interesse público e se as circunstâncias apresentarem um carácter suficientemente importante e grave.

Ora, isto não tem nada que ver com a iniciativa dos Deputados do Bloco de Esquerda. Absolutamente nada.

Não me levarão a mal..., mas porque não esqueço que o projecto de lei foi apresentado pouco tempo depois de um Sr. Jornalista ter sido detido..., isso bem demonstra que a iniciativa obedeceu, apenas, a um puro critério de demagogia política e a um puro critério de aproveitamento de uma situação concreta.

(...)

O Partido Social Democrata, ... defendeu e defenderá sempre, responsabilmente, as conquistas democráticas da liberdade de imprensa..., das garantias do sigilo profissional dos jornalistas..., do reforço e da consolidação desses valores... indispensáveis num Estado de Direito democrático.

Mas jamais se comprometerá com puras demagogias.

(...)

Conselho de Ministros

No dia 28, o Conselho de Ministros reuniu, como habitualmente, na Presidência do Conselho de Ministros, aprovou 14 diplomas, dos quais 5 Decretos Lei, 5 Resoluções, uma Proposta de Lei, um Decreto, uma Deliberação e um Decreto Regulamentar.

Dos Decretos-Lei, um refere-se à transposição para a legislação nacional de uma directiva da Comunidade, a N.º 2002/6/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de Fevereiro de 2002, relativa às **formalidades de declaração exigidas dos navios à chegada e ou à partida de um porto**.

A facilitação do transporte marítimo é um objectivo essencial de Portugal e da União Europeia para reforçar a posição do transporte marítimo no sistema de transportes como alternativa e complemento de outros modos de transportes numa cadeia porta-a-porta.

Os procedimentos documentais exigidos no sector do transporte marítimo têm suscitado preocupação e são considerados um obstáculo ao pleno desenvolvimento deste modo de transporte.

Assim, os formulários, que se instituem através do presente Decreto-Lei, estabelecem as formalidades de declaração harmonizadas a apresentar às autoridades públicas relativamente à escala de navios nos portos portugueses e são os aprovados pela Convenção sobre Facilitação do Tráfego Marítimo Internacional da Organização Marítima Internacional, subsequentemente alterada, designada Convenção FAL OMI, adoptada pela Conferência Internacional sobre a Facilitação das Viagens e Transportes Marítimos, em 9 de Abril de 1965.

Desta Convenção exceptuam-se os formulários Declaração de Carga e, para os navios de passageiros, a Lista de Passageiros.

Estatuto do administrador da insolvência

A proposta de Lei, quando aprovada, estabelece o novo Código da Insolvência e da Recuperação da Empresa (CIRE) que, a par das alterações profundas que introduziu no regime processual da liquidação do património e da recuperação de empresas em situação de insolvência, procedeu à substituição das anteriores figuras dos gestores judiciais e dos liquidatários judiciais pela entidade única do Administrador da Insolvência.

A criação desta nova actividade impõe que se proceda à sua regulamentação. Assim, com o presente diploma, regula-se o recrutamento para as Listas de Administradores da Insolvência, estabelece-se o regime remuneratório e de reembolso das despesas e definem-se os respectivos estatutos.

No âmbito do regime anterior, foram detectados alguns problemas relacionados com o exercício da actividade dos gestores e liquidatários judiciais, de que se destacam a escassa competência técnica de alguns, a existência de comportamentos de legalidade duvidosa, resultantes da falta de um organismo que de forma eficaz e célere agisse disciplinarmente, o desleixo provocado pela incerteza quanto ao montante da remuneração e a morosidade processual provocada pela pouca disponibilidade para aceitar nomeações de alguns dos inscritos e pela gestão pouco eficiente das Listas, que possibilitava a nomeação de gestores e liquidatários que já não deviam constar delas.

Deste modo, no que respeita ao recrutamento para as Listas oficiais, verifica-se a intenção de acautelar o respeito por três grandes objectivos. Por um lado, garantir um nível de competência técnica elevado, por outro, diminuir as desigualdades verificadas entre os diversos distritos judiciais no respeitante à apreciação da competência dos candidatos e, por fim, assegurar a idoneidade dos administradores da insolvência, de forma a contribuir para a credibilização do exercício da actividade.

Para a concretização destas finalidades, prevê-se a obrigatoriedade de realização de um exame escrito de admissão, que pode eventualmente ser completado por uma prova oral, e limita-se o ingresso a pessoas habilitadas com uma licenciatura adequada e que não se encontrem num conjunto de situações que se considerou serem indiciadoras de falta de idoneidade. Procede-se, igualmente, à criação de uma única comissão, de âmbito nacional, que é responsável pela admissão dos candidatos nas Listas.

Regime jurídico das Sociedades de Administradores da Insolvência

Um Decreto-Lei estabelece o regime jurídico das Sociedades de Administradores da Insolvência.

O novo Código da Insolvência e da Recuperação da Empresa eliminou a distinção existente entre Gestor Judicial e Liquidatário Judicial, mediante a criação da nova figura do Administrador da Insolvência.

Deste modo, para que o desempenho das funções de administrador da insolvência possa continuar a beneficiar das sinergias e economias resultantes da associação dos seus profissionais - que se verificava nas sociedades de gestores judiciais e nas sociedades de liquidatários judiciais - é necessário que se possibilite a constituição de Sociedades de Administradores da Insolvência.

Por outro lado, tal como se passava com as sociedades de gestores judiciais e as sociedades de liquidatários judiciais, a natureza específica das funções que as sociedades de administradores da insolvência exercem impõe o estabelecimento de regras próprias, quer quanto à constituição, quer quanto ao exercício da actividade na forma societária. Destas, destacam-se: o objecto social exclusivo; as limitações ao exercício de actividade remunerada fora da sociedade; as especificidades da firma; e o regime de responsabilidade pelos actos praticados.

Por último, permite-se a transformação das actuais sociedades de gestores judiciais e sociedades de liquidatários judiciais em sociedades de administradores da insolvência, com isenção de emolumentos para os correspondentes actos notariais e de registo.

Acesso e ingresso no ensino superior

Por Decreto-Lei é alterado o regime jurídico do acesso e ingresso no ensino superior, regulado pelo Decreto-Lei n.º 296-A/98, de 25 de Setembro.

A organização dos exames nacionais do ensino secundário foi objecto de um conjunto de alterações que vigoram a partir do ano lectivo de 2003-2004, inclusive, consistindo, nomeadamente, na eliminação da segunda chamada da primeira fase e na antecipação para o mês de Julho da segunda fase, até aqui realizada em Setembro.

Essas alterações visaram, entre outros objectivos, evitar a perturbação do normal funcionamento das escolas secundárias e do início das aulas do ensino secundário, e permitir o início do ano lectivo no ensino superior em simultâneo para todos os estudantes nele colocados.

Ficaram, naturalmente, salvaguardadas as possibilidades, de que os alunos já usufruíam, de dispor de uma segunda oportunidade para a realização dos exames, de realização de exames para melhoria das classificações e de utilização destas melhorias na segunda fase do concurso de acesso.

O decreto-lei agora aprovado altera o regime jurídico do acesso ao ensino superior, de forma a adequá-lo a esta modificação da organização dos exames do ensino secundário.

Instituto de Financiamento e Apoio ao Turismo e do ICEP Portugal.

Por Decreto-Lei são alterados os estatutos do Instituto de Financiamento e Apoio ao Turismo e do ICEP Portugal.

O Governo, através da Resolução de Conselho de Ministros n.º 97/2003, aprovou o Plano de Desenvolvimento do Turismo que define um conjunto de objectivos a atingir e de acções para os alcançar, entre os quais se conta a reforma da organização institucional do Turismo português.

Nesse sentido, a nova lei orgânica do Ministério da Economia, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 186/2003, consagra já uma das linhas adoptadas para a referida reforma institucional, ao estabelecer a transferência das competências relativas à

Salários de gestores “congelados” para 2004

Por Deliberação do Conselho de Ministros definem-se as orientações de política salarial para o ano de 2004, no âmbito dos Institutos Públicos e do Sector Público Empresarial.

O Governo no quadro da política orçamental definida no seu Programa, considera necessário manter, entre outros, o objectivo de redução do défice público, assente na contenção da despesa pública.

Todos os subsectores do sector público administrativo, assim como o sector público empresarial são co-responsáveis e solidários pelo sucesso da execução da política orçamental definida no Programa do Governo.

Neste sentido, através da presente deliberação, o Governo define, no âmbito dos Institutos Públicos, como orientação de política salarial para 2004, a que foi adoptada para os restantes serviços e organismos da Administração Pública e mantém inalteradas as remunerações dos seus dirigentes.

Por outro lado, não procede à actualização anual das remunerações dos gestores públicos, no âmbito do Sector Público Empresarial.

Conselho de Ministros

promoção externa do turismo nacional, actualmente exercidas pelo ICEP, para o Instituto de Financiamento e Apoio ao Turismo (IFT) e a mudança de designação deste.

De facto, considera-se que a integração num único instituto da generalidade das atribuições e competências referentes à dinamização do sector do turismo, designadamente a promoção turística e a gestão dos meios financeiros e apoios destinados à modernização, requalificação e reforço das estruturas empresariais e públicas, actualmente cometida ao IFT, permitirá uma maior profundidade, consistência e coerência nas intervenções, com vantagens evidentes para o desenvolvimento do sector.

Neste contexto, procede-se à transferência de atribuições e competências referentes à promoção turística, até agora conferidas ao ICEP Portugal, para o Instituto de Financiamento e Apoio ao Turismo, IFT, que muda, assim, de objecto e de designação, passando a denominar-se Instituto do Turismo de Portugal - ITP.

Considerando a redefinição do seu objecto, passam a estar também cometidas ao ITP atribuições do domínio da inovação turística, nomeadamente no que respeita ao apoio ao desenvolvimento de novos produtos ou destinos turísticos regionais, assim como no domínio do tratamento e divulgação da informação de interesse para os operadores turísticos e visitantes.

As acções a desenvolver a nível internacional, no âmbito da promoção de Portugal como destino turístico, terão em conta as orientações do Governo em matéria de política de turismo e serão desenvolvidas através da rede de Diplomacia Económica, sem prejuízo das especificidades resultantes do novo modelo de concertação e de contratualização da promoção turística.

O Instituto do Turismo de Portugal desenvolverá, igualmente, a sua acção em coordenação com a API - Agência Portuguesa para o Investimento, E.P.E., apoiando as iniciativas que a referida agência promover, tanto em Portugal como no estrangeiro, em ordem à captação e ao acompanhamento de intenções e projectos de investimento estruturantes ou estrategicamente relevantes para o Turismo português.

Introduzem-se ainda as alterações necessárias nos estatutos actuais do IFT e do ICEP, compatibilizando-os com as novas funções a exercer por ambos os institutos.

Reserva Natural das Lagoas de Santo André e da Sancha

Um Decreto Regulamentar altera o Decreto Regulamentar n.º 10/2000, de 22 de Agosto, que cria a Reserva Natural das Lagoas de Santo André e da Sancha.

Através do presente Decreto são alterados os limites terrestres e marítimos da Reserva Natural das Lagoas de Santo André e da Sancha, por forma a sanar as discrepâncias detectadas entre a descrição dos limites e a carta simplificada, que constituem, respectivamente, os Anexos I e II ao Decreto Regulamentar n.º 10/2000, que procedeu à criação desta área protegida.

Procede-se também à exclusão do regime de interdição na área da Reserva Natural, das actividades inseridas em acções de gestão e conservação, ou com fins científicos, levadas a efeito pelo Instituto de Conservação da Natureza.

Procede-se ainda ao ajustamento do presente diploma, em função das alterações decorrentes do Decreto-Lei n.º 97/2003, de 7 de Maio, que aprovou a Lei Orgânica do Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente.

Por último, converte-se em euros o montante das coimas ainda expressas em escudos.

Área Central do Cacém

Por Decreto do Governo, fica declarada área crítica de recuperação e reconversão urbanística a Área Central do Cacém e concede ao município de Sintra o direito de preferência nas transmissões a título oneroso, entre particulares, de terrenos ou edifícios situados naquela área.

A Área Central do Núcleo Urbano do Cacém tem vindo, significativamente, a sofrer grande pressão urbanística, não obstante a desqualificação do desenho urbano, a insuficiência e inadequação das infra-estruturas viárias, a falta de espaços públicos, de áreas verdes e de equipamentos sociais adequados a um centro urbano e a progressiva degradação da qualidade da habitação, salubridade, conforto e estado físico das construções existentes.

Com o presente Decreto visa-se conferir ao Município de Sintra um instrumento expedito para: estruturar e melhorar as acessibilidades ao Cacém; qualificar o desenho urbano com vista à melhoria das condições de vivência humana; requalificar o sistema ambiental criado pela Ribeira das Jardas, em articulação com os estudos em curso e com o Parque Urbano do Cacém; programar as infra-estruturas de suporte à área do interface rodo-ferroviário; criar novos espaços públicos e valorizar os existentes; desenvolver a função de centralidade do lugar, nomeadamente pelo reforço do terciário; melhorar a dotação em estacionamento.

Visa-se ainda proporcionar ao município um instrumento que lhe permita adquirir os imóveis que sejam transaccionados naquela zona, de maneira a viabilizar a necessária reabilitação e renovação dos mesmos.

Regulamento do Plano Director Municipal da Amadora

Por Resolução do Conselho de Ministros é ratificada a suspensão parcial do Regulamento do Plano Director Municipal da Amadora.

A presente Resolução destina-se a possibilitar a instalação de uma central de valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos, necessária ao desenvolvimento do sistema multimunicipal de valorização e tratamento de resíduos sólidos de Lisboa Norte, em que a Amadora está incluída, incompatível com as disposições daquele Plano, em vigor para a mesma área.

Reserva Ecológica Nacional do município de Mira

Também uma Resolução do Conselho de Ministros aprova a alteração da Reserva Ecológica Nacional (REN) do município de Mira.

A alteração hoje aprovada enquadra-se no processo de elaboração do Plano de Urbanização da Vila da Praia de Mira e do Plano de Urbanização da Vila de Mira.

Alteração ao Plano Director Municipal de Lisboa

Por Resolução do Conselho de Ministros é ratificada a alteração ao Plano Director Municipal de Lisboa, respeitante a uma área junto à Avenida Dr. Alfredo Bensaúde.

Com esta alteração ao Plano Director Municipal de Lisboa, pretende-se requalificar uma área aí qualificada como "Área de Usos Especiais" para "Área de Estruturação Urbanística Habitacional", de modo a possibilitar a execução de um empreendimento urbanístico integrado no Programa Especial de Realojamento nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, destinado ao realojamento da população residente em barracas.

Encarregado de Missão junto do Ministro dos Negócios

Uma Resolução do Conselho proroga a nomeação do Ministro plenipotenciário de 2ª classe, Dr. João Nugent Ramos Pinto como Encarregado de Missão junto do Ministro dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas para as questões relativas à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Esta Resolução produz efeitos a partir de 13 de Setembro de 2003 e por um período de 12 meses.

Programa de Incentivos à Modernização da Economia

Uma Resolução do Conselho de Ministros nomeia o licenciado Rui Manuel Correia Pedras para o cargo de gestor do Programa de Incentivos à Modernização da Economia.

O Programa de Incentivos à Modernização da Economia (PRIME) encontra-se sem gestor em titularidade de funções.

Assim, sendo manifesta a importância do preenchimento deste cargo, face aos prazos e projectos previstos no Programa de Produtividade e Crescimento da Economia, o Governo, sob proposta do Ministro da Economia, resolveu nomear o Dr. Rui Manuel Correia Pedras como gestor do PRIME, com o estatuto de encarregado de missão, junto daquele membro do Executivo.

Decreto-Lei que estabelece normas de execução do Orçamento do Estado para 2004.

O decreto-lei de execução orçamental, aprovado anualmente, nos termos da Lei de Enquadramento Orçamental, contém as normas necessárias à execução do Orçamento do Estado do ano em curso, incluindo as relativas ao orçamento dos serviços integrados, aos orçamentos dos serviços e fundos autónomos e ao orçamento da Segurança Social.

O decreto-lei de execução orçamental de 2004, hoje aprovado na generalidade, atentas as audições em curso, pretende desenvolver, na esteira do que se aprovou no Orçamento do Estado, a política de consolidação orçamental que tem vindo a ser seguida, designadamente pela adopção de medidas de criterioso controlo da despesa pública.

Notícias dos Açores

Victor Cruz anunciou a apresentação de um acordo político de coligação para as eleições regionais de Outubro

O líder do PSD/Açores, Victor Cruz, anunciou no passado dia 28, a apresentação formal, no próximo mês, de um acordo político com o CDS/PP que estará na base da coligação para as eleições regionais de Outubro.

Após um encontro entre dirigentes dos dois partidos, Victor Cruz salientou que a reunião de hoje permitiu confirmar o “espírito de optimismo” com que o PSD encara as negociações com os populares para um entendimento pré-eleitoral.

Estão criadas “todas as condições” para que seja apresentado o acordo político após a próxima ronda negocial, agendada para meados de Fevereiro, assegurou o dirigente social-democrata.

Segundo Victor Cruz, a coligação “não será o somatório de dois aparelhos partidários”, mas um “projecto político abrangente”, aberto a “todos os açorianos que se queiram juntar”.

A estratégia de um acordo com os populares para o parlamento açoriano - adiantou - vai ser, depois, apresentada ao Conselho Regional do PSD, ao que se seguirá a aprovação formal da coligação.

A aproximação entre os dois partidos “é natural”, disse Victor Cruz, tendo em conta que resulta de um “exercício de oposição ao longo dos últimos anos” na Assembleia Regional.

Para o líder do PP/Açores, Alvarino Pinheiro, o encontro de Ponta Delgada “confirmou todas as expectativas” para a formalização de um projecto que seja alternativo à governação socialista no arquipélago.

“A margem de consenso é de forma a possibilitar o progresso do diálogo”, disse Alvarino Pinheiro.

O dirigente popular assegurou que a constituição conjunta das listas de candidatos “terá lugar na altura própria” e será “consequência natural



de um projecto coerente” a apresentar ao eleitorado açoriano.

O PSD e o CDS/PP confirmaram ainda a disponibilidade para um entendimento sobre a indicação de um candidato dos Açores em lugar elegível às eleições para o Parlamento Europeu, em Junho. – **Fonte: Lusa**

Victor Cruz aposta na família para resolver problemas sociais

A defesa da vida, a defesa da paz como valor universal, o primado do humanismo e a necessidade da intervenção correctiva do Estado na sociedade de forma a garantir a justiça, a equidade, o equilíbrio social e o combate à exclusão social e à marginalização, são valores que o PSD partilha com a Igreja católica nos Açores. Esta ideia foi defendida pelo líder social democrata no final de uma audiência de cumprimentos com o Bispo de Angra, realizada hoje na Ilha

Terceira.

No encontro com D. António de Sousa Braga, Victor Cruz manifestou a sua preocupação pelos problemas actuais da sociedade açoriana, em grande parte comuns às sociedades contemporâneas, como sejam, o problema do envelhecimento da população e do abandono dos idosos, a desestruturação das famílias, as dependências, o relaxamento dos costumes, a perda do sentido gregário substituído por um crescente individualismo e o domínio do materialismo e do consumismo.

Para Victor Cruz, “muitos desses problemas radicam nas dificuldades por que passa a família, uma comunidade anterior ao Estado, onde nascemos, crescemos, nos socializamos e nos tornamos homens e mulheres”. Esta preocupação com a família e com os seus problemas, acrescentou, “é uma preocupação que o PSD/Açores partilha com a Igreja católica”. O PSD “reconhece na Igreja uma das

instituições que mais tem procurado defender os valores da família nos tempos actuais”, disse.

No final da sua audiência com o Bispo da Diocese, o candidato a Presidente do Governo Regional destacou a “secular, importante e inestimável missão que a Igreja nos Açores desenvolveu e desempenha nas áreas da acção educativa e evangelizadora e no apoio sócio-caritativo, onde avulta o papel das Misericórdias e dos vários organismos paroquiais e diocesanos que têm prestado um contributo essencial e tantas vezes anónimo nestas áreas”.

A Igreja dos Açores, na opinião de Victor Cruz, “desempenha ainda um papel pioneiro junto dos trabalhadores imigrantes, que dela recebem apoio e enquadramento, dentro de um verdadeiro espírito ecuménico”. O líder social democrata sublinhou igualmente o “papel inestimável e anónimo de muitos e muitos cristãos que voluntariamente prestam serviços de apoio social relevantes”.

Victor Cruz destacou também o “vasto e riquíssimo” património imóvel da Igreja nos Açores, que “enobrecer estas ilhas” e para cuja preservação é preciso desenvolver políticas activas de cooperação e apoio”. Como “exemplo paradigmático”, apontou as “dificuldades objectivas da reconstrução das Igrejas do Faial e do Pico”.

“Defendendo o princípio da separação entre o Estado e a Igreja, no respeito pelo papel e missão de cada um, o PSD aponta para a necessidade e prioridade na cooperação à volta dos valores e das missões que se entrecruzam entre Estado e Igreja”, declarou ainda o candidato a Presidente do Governo na sua audiência com o responsável máximo da Diocese açoriana. – **Gab.Press.PSD/Açores**

Do Porto

Com dois meses de avanço Rui Rio abre ao trânsito os acessos ao “Dragão”

Os acessos ao estádio do Dragão, do FC Porto, que vai ser palco da abertura do Euro-2004, já estão concluídos desde o dia 22 de Janeiro, a cinco meses do início do Campeonato e com dois meses de avanço sobre os prazos previstos.

Apesar de todas as dificuldades, Rui Rio conseguiu coordenar os vários vectores necessários para o avanço e conclusão daquela obra, talvez «o mais complexo dos trabalhos viários desenvolvidos no âmbito do europeu de futebol», segundo a comissão que acompanha as obras ligadas aos vários recintos desportivos integrados no Euro-2004.

Todos os acessos estão abertos ao público, incluindo o nó do Mercado Abastecedor, que passa a dar ligações em todos os sentidos e assegura o acesso ao estádio a partir da Via de Cintura Interna, da Via Nordeste e também da A-Foi

também inaugurado o túnel sob a Alameda das antas que liga directamente os dois sentidos de circulação da Avenida Fernão de Magalhães ao nó do Mercado Abastecedor e deste à Via de Cintura Interna ou à Circunvalação re Rui Rio abriu ainda o túnel que envolve o estádio e assegura acesso aos parques de estacionamento e ao interface de transportes rodoviários e à estação do Metro Trindade/Antas, a inaugurar em Maio.

Esta obra, concluída em tempo inferior ao previsto, para além da especificidade do acesso ao estádio, tem uma muito elevada utilidade para todo o denso trânsito naquela zona, pois além de ser uma alternativa à Avenida Fernão de Magalhães, vai assegurar um escoamento mais eficaz, não só para a Via de Cintura Interna, a A-3, a A-4 e a Circunvalação – **Fonte: DN, A.Teixeira**

A convite do Chefe do Governo Português o Primeiro Ministro checo, Vladimir Spidla visitou Portugal durante três dias

Visitou oficialmente Portugal, durante três dias, o Primeiro Ministro checo, Vladimir Spidla, que iniciou na terça-feira, 27 de Janeiro, a sua estada no nosso País, com um encontro, ao fim da manhã, com Durão Barroso, na residência oficial, seguido de um almoço no palácio as Necessidades.

Durão Barroso considerou que as relações bilaterais luso-checas atravessam um momento “excelente”, embora devam melhorar ao nível das trocas comerciais e investimentos recíprocos.

Durão Barroso destacou na ocasião a recente decisão da transportadora aérea portuguesa (TAP) de efectuar dois voos semanais entre Lisboa e Praga, uma iniciativa a que o Primeiro-Ministro checo se referiria elogiosamente no seu discurso proferido na visita à Câmara do Porto, no último dia da sua viagem.

Ambos os chefes de Governo defenderam as cooperações reforçadas entre países da União Europeia, por oposição a uma Europa a duas velocidades em que apenas alguns estão na linha da frente.



“A Europa deve ser unida e coesa. Por isso, apoiamos as cooperações reforçadas entre países mas abertas a todos”, declarou Vladimir Spidla, que considera “A Europa de geometria variável ou a duas velocidades é para nós uma opção incorrecta”. A conferência de imprensa foi claramente dominada pelas questões europeias, quando faltam pouco mais de três meses para

a adesão formal da República Checa à UE.

No seminário «Europa: o desafio da Constituição»

Vladimir Spidla esteve mais tarde no encerramento do seminário organizado pelo Instituto de Estudos Estratégicos, sobre o tema “Europa: o desafio da Constituição”.

Em resposta a uma pergunta do antigo secretário de Estado dos Assuntos Europeus, Vitor Martins o Primeiro-Ministro checo defendeu a necessidade de manter “como até agora” o financiamento da “política estrutural e de coesão”, de que a República Checa passará a beneficiar a partir de Maio deste ano.

“A nossa posição é clara: não é correcto limitar os meios, que até nem são significativos. O nosso objectivo é manter o nível da política estrutural e de coesão, como até agora”, disse Spidla, numa alusão à intenção expressa recentemente pelos seis países que mais contribuem para o Orçamento comunitário de quererem limitar as suas transferências para os



e o seu modo de funcionamento, Vladimir Spidla lembrou que a construção europeia “tem apenas algumas dezenas de anos”, “muito pouco tempo para fazer esquecer a alternativa”.

“Devemos insistir que nada do que façamos atinja a essência do projecto europeu. Sem a União Europeia, o nosso passado transformar-se-á no nosso presente”, advertiu, referindo-se às guerras que grassaram na Europa no século XX.

O fracasso das negociações sobre a futura Constituição europeia, na cimeira de chefes de Estado e de governo de Bruxelas, em Dezembro, foi, no entender de Spidla, preferível a um “mau acordo”.

No domínio da política europeia de segurança e defesa, o primeiro-ministro checo defendeu a necessidade de a Europa ter “força militar capaz de realizar operações independentes”, desde que tal “não seja feito em prejuízo da relação transatlântica”. NATO e União Europeia devem, no entender de Spidla, ter uma relação de “complementaridade”, o que “não é tarefa fácil”.

No seminário, o Primeiro-Ministro checo manifestou ainda o desejo de ver o seu país aderir à moeda única em 2009, estando a ser feito um esforço no sentido de uma política orçamental mais rigorosa no sentido de pôr a República Checa em linha com os critérios fixados para a adesão ao Euro.

Antes de se dirigir ao local do seminário, o chefe de governo passeou a pé pela baixa lisboeta, e andou num

dos eléctricos históricos que a Carris mantém em percursos mais típicos da cidade. Tanto em Lisboa como no Porto, Vladimir Spidla teve um extenso programa cultural que incluiu passeios pelas zonas históricas das duas cidades e uma visita ao Estádio Alvalade XXI - um dos dez novos estádios construídos para o campeonato europeu de Futebol.

À tarde, foi recebido na Assembleia da República, pelo Presidente da AR, Mota Amaral.

No Porto com Rui Rio

O terceiro e último dia da visita foi passado no porto, onde visitou a Câmara, tendo sido recebido por Rui Rio e toda a vereação. No discurso que proferiu na altura, Vladimir Spidla declarou que é possível “fazer muito mais” para o desenvolvimento das relações económicas e culturais entre Portugal e o seu país.

“As relações entre os nossos dois países estão a um nível excelente, mas podemos fazer muito mais no que diz respeito ao desenvolvimento das nossas relações económicas e culturais”, afirmou, sustentando que a maior aproximação económica e cultural de Portugal e a República Checa é favorecida pelas “posições muito parecidas” no âmbito da União Europeia.

Na Câmara, o Primeiro Ministro checo assinou o Livro de Honra do município e trocou presentes com o Rui Rio, tendo afirmando considerar “particularmente interessante” conhecer Portugal e encontrar “pontos comuns” na história dos dois

Visita do PM checo (Conclusão)

Rui Rio, no Porto, elogia o exemplo da luta da República Checa pela liberdade

países.

“Tivemos em comum dezenas de anos de ditadura e vários anos de trabalho duro para ultrapassar as consequências desses regimes autoritários”, realçou.

Esta particularidade comum foi também sublinhada pelo presidente da Câmara.

Para Rui Rio, “os longos períodos de ditadura que portugueses e checos conheceram, afastaram-nos da rota do progresso que outros países do Continente europeu conheceram”.

No seu discurso, o autarca social-democrata do Porto pôs em relevo o “exemplo de maturidade política, firmeza, perseverança e coragem que a República Checa deu ao mundo “de forma exemplar”, um estado independente.

Rui Rio disse ainda que a circunstância de a República Checa

aderir este ano à União Europeia torna esta ocasião “a mais oportuna” para relançar as relações entre os dois países.

Ainda antes da sua deslocação à Câmara do Porto, Vladimir Spidla tinha presenciado, na sede da Associação Empresarial de Portugal, em Matosinhos, a assinatura de um protocolo de cooperação entre esta entidade e a Câmara Económica da República Checa que visa consolidar o estreito relacionamento entre o mercado checo e a associação portuguesa.

A trabalhar no mercado checo desde 1990, a AEP já realizou seis acções na República Checa, nomeadamente através da deslocação de empresários portugueses a este país e da promoção de seminários.

– Fonte: Lusa



Notícias de Famalicão

Pedro Santana Lopes participa em “mega jantar” da CPD do PSD de Braga

O Vice-Presidente da Comissão Política Nacional do Partido Social Democrata, Pedro Santana Lopes, participou no passado Sábado, dia 24 de Janeiro, num jantar que reuniu no Palácio de Congressos Rauliana, Vila Nova de Famalicão, cerca de dois mil militantes e simpatizantes do PSD.

Organizado pela Comissão Política Distrital de Braga em colaboração com a CPS de Vila Nova de Famalicão, o encontro contou uma larga participação das 14 estruturas concelhias do distrito, bem como da JSD.

Ao seu lado, na mesa de honra, Pedro Santana Lopes tinha o Presidente da Câmara Municipal de Famalicão, Armindo Costa, o Secretário de Estado da Justiça, Miguel Macedo, o Presidente da Distrital do Porto, Marco António Costa, o Presidente da CPD de Braga, José Manuel Fernandes, o vice-presidente da CPD e coordenador de deputados do círculo de Braga, Virgílio Costa, o líder distrital da Jota, Joel Sá, e o Presidente da Secção de VN Famalicão, Mário Passos.

Antes do jantar, o Vice-Presidente da CPN teve oportunidade de dialogar com autarcas e dirigentes do PSD no



distrito sobre temas relacionados com a Revisão Constitucional, Lei Eleitoral das Autarquias e sobre a actualidade política nacional, durante um encontro realizado na Casa das Artes, em Famalicão.

Logo após a sua chegada ao Palácio de Congressos Rauliana, em Ribeirão, Santana Lopes fez questão de percorrer todas as mesas para cumprimentar as muitas centenas de social democratas que aderiram ao jantar-convívio, numa clara

manifestação da vitalidade, dinâmica e capacidade de mobilização do Partido e das suas estruturas no distrito de Braga.

Na sua intervenção, o Vice-Presidente da CPN apelou a uma subida da auto-estima dos portugueses, recorrendo a uma comparação com situações difíceis e escandalosas vividas noutras países e noutras sociedades ocidentais e onde nem por isso se chegou a uma crise de confiança nacional.

“Acho que há um ambiente de neura nacional que tem de ser ultrapassado no sentido do optimismo e da confiança no futuro. Quero ouvir os políticos a dizer que Portugal é um bom país para se viver”, concluiu Pedro Santana Lopes, lembrando o pessimismo e a desorientação da oposição socialista,

As críticas ao Partido Socialista e à sua liderança foram partilhadas pelo Presidente da CPD de Braga, José Manuel Fernandes, lembrando que uma das figuras apontadas para ser candidato presidencial é António Guterres, o mesmo que “fugiu” às situações difíceis do País. “Guterres fugiu e por isso não pode ser Presidente da República, porque não podemos correr o risco de que fuja outra vez”, advertiu José Manuel Fernandes.

Por seu turno, o Presidente da CPS de Famalicão, Mário Passos, aproveitou a oportunidade para anunciar que a secção famalicense conta com mais de quatro mil militantes, tendo agora concluído uma campanha que rendeu um milhar de novos filiados da estrutura de Famalicão do PSD.

– Fonte: CPD-Braga



Manuela Ferreira Leite em Lagos esclarece a questão das tarifas da ADSE e denuncia «desinformação» do público

A Ministra de Estado e das Finanças, Manuela Ferreira Leite esteve na sexta-feira em Lagos num jantar organizado pelo PSD local e teve ocasião, quando questionada por jornalistas sobre a questão das tarifas da ADSE, de responsabilizar a comunicação social por “passar a ideia” de que as reformas previstas nas participações da ADSE afectarão drasticamente todos os trabalhadores da Função Pública.

“Esta forma de passar a informação aos trabalhadores da função pública não é verdadeira, é desinformar os trabalhadores, não é correcto nem lícito”, disse Manuela Ferreira Leite, acrescentando que “a comunicação social tem obrigação de informar correctamente as pessoas”.

Apelidando de “verdadeiro fantasma” as alegadas pretensões do Governo para com a segurança social dos trabalhadores do Estado, a responsável do Governo sublinhou que “não vale a pena inventarmos papões”, reafirmando que as reformas propostas aos sindicatos a nível das participações da Assistência na Doença aos Servidores do Estado (ADSE) “afectam 300 mil pessoas, no máximo”.

“Os sindicatos já conhecem esta nossa proposta há mais de um mês e acharam este ajustamento perfeitamente natural” até o assunto ser dramatizado e empolado pela comunicação, sublinhando a concluir que as alterações propostas pelo Executivo não afectam a grande maioria dos actos médicos.

A única proposta existente, e «não está decidida, foi entregue aos sindicatos e está relacionada com o regime livre, ao qual têm acedido não mais do que trezentas mil pessoas». Lembrou que «a grande maioria dos actos médicos mantêm-se rigorosamente com a mesma participação. Depois, existem alguns que aumentam imenso e alguns que reduzem alguma coisa porque a participação tem de se ajustar ao actual nível de preços desses actos médicos».

Manuela Ferreira Leite considerou que a celeuma levantada agora por sindicatos e partidos da oposição, visa apenas «assustar as pessoas», não passando de uma «verdadeira fantasia». A ministra das Finanças reforçou o discurso na tónica da «competitividade» para salvar o país, recuperando o seu atraso em termos europeus,

e jeito de recado interno, avisou que «seria dramático arrepiar caminho». E «há muito a tentação de o fazer quando se começa a melhorar, tal como sucede com um doente em fase de recuperação».

Para a Ministra das Finanças, a retoma económica já está à vista e em 2004 «espera-se uma situação de crescimento», pelo que é possível Portugal ser «puxado pela Europa quando [a retoma] arrancar».

No futuro, defende, Portugal terá de ser capaz de «atrair investimento estrangeiro» e procurar outros mercados para a exportação.

Uma entrevista por correio electrónico

«A reforma da Administração Pública durará os anos que forem necessários para que se reduza o peso dos salários, sem diminuição da qualidade dos serviços e sem despedimentos», afirmou a Ministra de Estado e das Finanças, Manuela Ferreira Leite em declarações ao jornal “Público”, publicadas sob a foma de entrevista conduzida através da Internet.

As respostas de Manuela Ferreira Leite reafirmam a posição do governo em matéria de aumentos na Administração Pública, explicando que a política de não aumentar os salários na Função Pública a partir de determinado nível, “ao facto de o país estar a enfrentar uma grave crise orçamental”.

Face à reduzida margem para subidas salariais, acrescentou, o governo optou por atribuir o montante disponível “para aumentos mais simplificados, de acordo com a inflação esperada [2%], aos funcionários públicos que auferem vencimentos mais baixos”.

A ministra das Finanças disse ainda acreditar que a “grande maioria” dos funcionários públicos, que esta sexta-feira efectuam uma greve de protesto, compreende que a actual situação é conjuntural e que o Governo “está a trabalhar numa reforma da Administração Pública tendente a melhorar as suas condições de trabalho no futuro”. – **Fonte: Lusa**

De Sesimbra

Deputados eleitos pelo PSD desbloqueiam Extensão de Saúde na Quinta do Conde

A Quinta do Conde, no Concelho de Sesimbra, foi a freguesia do País que mais cresceu demograficamente nos últimos anos. A saúde é um dos serviços públicos que mais preocupa a população e à qual este Governo e os Deputados do PSD têm procurado responder.

Durante seis anos o Poder Socialista, no município e no Governo, não quis resolver o problema, mas este Governo, através do Secretário de Estado Adão e Silva, assumiu politicamente a construção da nova Extensão de Saúde da Quinta do Conde incluindo verbas no PIDDAC/2003 com a intenção de avançar com o concurso para a construção deste equipamento, cujo investimento rondará cerca de 2.500.000 euros (500.000 contos).

No entanto, tal não foi possível porque a Câmara Municipal não cumpriu o que prometeu, ou seja, ceder os terrenos até Março de 2003.

Assim o Ministério da Saúde não podia, em condições normais, avançar com a construção da Extensão de Saúde da Quinta do Conde. Atentos a esta situação, os Deputados do PSD, eleitos pelo Círculo de Setúbal, reuniram com a Câmara Municipal de Sesimbra e com a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo e sugeriram uma solução para o problema. Na sequência destas diligências, a ARSLVT já enviou à CM de Sesimbra um contrato de cedência dos terrenos em direito de superfície que, se aceite por esta, vem desbloquear todo o processo e permitir de facto iniciar a construção deste equipamento.

Este Governo dá resposta a problemas que se arrastam há anos na Quinta do Conde de forma séria, legal e eficaz.

A Extensão de Saúde da Quinta do Conde será uma realidade nesta legislatura.

Marques Mendes nas jornadas autárquicas em Vila do Bispo



O ministro dos Assuntos Parlamentares, Marques Mendes, foi o convidado de honra nas jornadas autárquicas do PSD, no dia 31 de Janeiro, em Vila do Bispo, no decorrer das quais teve ocasião de fazer cerradas críticas à CGTP “e os seus aliados” por fazerem um “aproveitamento político” dos problemas do país, prevendo que se prepara uma greve geral, como forma de inclusão das acções da central sindical na estratégia global da oposição, em ano de eleições europeias.

“É preciso distinguir entre os problemas sérios que nós temos e a utilização política que alguns farão apenas e só com o objectivo de contestar o Governo”, afirmou Marques Mendes acrescentando que esse “aproveitamento político deve merecer uma denúncia firme e vigorosa”.

O ministro Marques Mendes disse estar convicto de que, antes do 25 de Abril ou Primeiro de Maio, haverá uma greve geral e considerou um “paradoxo” que tal suceda em momento de retoma.

“Não tenho dúvidas de que, suceda o que suceder, com a retoma mais ou menos acelerada, os protagonistas habituais - CGTP e seus aliados políticos - já pensarem e já decidiram que, antes do 25 de Abril ou do Primeiro de Maio não vão tentar realizar uma greve geral”, disse.

Para o ministro dos Assuntos Parlamentares, essa eventual greve “faz parte da coreografia política do momento e da estratégia partidária que antecede as eleições deste ano” que se realizarão, para o Parlamento europeu, a 13 de Junho. – **Fonte: Lusa**

Na Assembleia da República

Debate mensal do Primeiro-Ministro com os membros do Parlamento



Tema do dia: a Reforma da Administração Pública

Na sexta feita de manhã, o Primeiro Ministro compareceu na Assembleia da República para o habitual debate, que tem lugar todos os meses. Já foi dito, mas não devemos esquecer, que na história da moderna democracia portuguesa, Durão Barroso apresentou-se mais vezes ante os Deputados, para uma livre e democrática discussão dos assuntos que interessam a Portugal, do que todos os outros anteriores chefes de Governo conjuntos. Esta é uma prática didáctica de verdadeira democracia, bem como de coragem política e de responsabilidade governativa.

Desta vez, o tema escolhido foi a Reforma da Administração Pública, um tema altamente polémico e que a totalidade da oposição, no rescaldo uma greve do funcionalismo, esperava capitalizar politicamente, atacando o Governo e o seu líder.

Porém Durão Barroso deu uma verdadeira lição de parlamentarismo, parando todos os golpes que lhe foram dirigidos – mesmo os mais baixos... – e atacando com força e determinação os seus adversários políticos, merecendo estes a frase que lhes foi dirigida pelo líder parlamentar do PSD, Guilherme Silva, ao afirmar que “depois desta sova que lhes foi dada pelo Senhor Primeiro Ministro, compreende-se [o estado em que ficou] a Oposição...”.

No início da sessão, Durão Barroso fez a sua declaração inicial, dizendo: «Senhor Presidente, senhores Deputados, com a aprovação ontem verificada, nesta Assembleia, das leis sobre o contrato individual de trabalho e sobre o novo regime de avaliação concluiu-se o ciclo legislativo essencial da reforma da Administração Pública.

«Num curto espaço de tempo definiram-se os objectivos estratégicos da reforma, aprovou-se o conjunto das principais leis que a concretizam, respeitouse o calendário publicamente apresentado.

«Prometemos e estamos a cumprir. A reforma da década está em marcha. Não vai parar nem voltar para trás.

«É uma reforma fundamental. Para melhorar a qualidade dos serviços públicos, para ajudar à competitividade da economia, para facilitar a vida aos cidadãos e para motivar e dignificar os próprios funcionários públicos.

«Sei bem que os funcionários públicos atravessam uma conjuntura difícil e

que são, eles próprios, vítimas das regras obsoletas que regem a administração.

«Esta situação é transitória. Estamos a criar condições para que, já em 2005, os funcionários públicos possam ver dignificado o seu estatuto social e profissional e voltar a ter um aumento do poder de compra dos seus salários.

«Com a reforma da Administração Pública muita coisa vai mudar»

«Este é o objectivo da política que estamos a seguir e da reforma que estamos a realizar. E é esta a certeza que transmito a todos os Portugueses.

«Senhor Presidente, senhores Deputados, com a reforma da Administração Pública muita coisa vai mudar. Os serviços passarão a ser geridos por objectivos e o seu funcionamento vai ser agilizado. A avaliação deixará de ser um pró-forma. O regime do contrato individual de trabalho permitirá que a Administração Pública, sem prejuízo dos valores do serviço público, traga para dentro de si muito do espírito inovador que existe nas empresas e na iniciativa privada.

«A gestão de algumas actividades do Estado que não integram o núcleo essencial da sua acção vai passar para a iniciativa privada e social. Tal como já sucedeu com a privatização dos notários e com a criação das parcerias público-privadas no domínio da Saúde. A razão desta mudança é clara: o Estado não pode fazer tudo, para que possa fazer bem e a tempo e horas o que só a ele compete fazer.

«Mas também no plano da cultura política há mudanças inovadoras. É o caso da limitação dos mandatos dos altos cargos dirigentes. Prometemos e cumprimos.

«É o caso da proibição de os governos nomearem, quando estão no final dos seus mandatos, quaisquer novos dirigentes da Administração Pública, só para colocarem as suas clientelas e tentarem complicar a vida ao governo seguinte. É um princípio elementar de seriedade e de combate ao abuso e ao clientelismo.

«Gostaria, porém, de ir mais longe. Tenho para mim que, na Administração Pública, há que distinguir entre os cargos que são de confiança política e que, por isso, devem mudar quando mudam os governos e aqueles que, não obedecendo a uma lógica de confiança política, devem permanecer inalterados mesmo quando há mudança de governo.

«Resolver esta questão não carece de mais leis. Precisa apenas de um entendimento entre as forças políticas que são, por natureza, alternantes na governação do País.

«É uma questão essencial para a melhoria da qualidade da nossa democracia, para a afirmação da credibilidade do Estado, para fazer reforçar a confiança dos cidadãos nas suas Instituições.

«Senhor Presidente, senhores Deputados, modernizar a Administração Pública reclama uma nova visão do Estado e um reforço dos direitos dos cidadãos perante a Administração.





Na Assembleia da República (continuação)

«Com a aprovação das leis de Avaliação e do Contrato Individual de Trabalho concluiu-se o ciclo legislativo da Reforma»

«O paradigma do Estado centralista tem os dias contados. A revolução tranquila que está a dar-se no domínio da descentralização – sobretudo com a criação das Grandes Áreas Metropolitanas e das Comunidades Urbanas – vai operar mudanças profundas. É uma moderna organização territorial que está em construção criando novas instâncias de intervenção e colocando o poder de decisão mais próximo dos cidadãos.

«Essencial é também o Plano de Acção do Governo Electrónico. Ele permitirá, através da utilização de tecnologias de informação e comunicação, transformar o modelo tradicional da Administração Pública, organizado em silos e em procedimentos administrativos estanques, num sistema focalizado nos cidadãos e nas empresas.

«A reforma do contencioso administrativo, em vigor desde 1 de Janeiro, e a aprovação na generalidade do novo regime da responsabilidade extra-contratual



do Estado correspondem à afirmação de um novo direito de cidadania.

«A partir de agora o cidadão fica mais protegido de eventuais atropelos ou arbitrariedades por parte da Administração. A Administração Pública fica sujeita a um controle mais eficaz e a uma fiscalização mais exigente.

«Trinta anos depois do 25 de Abril passamos a ter uma nova e moderna Justiça Administrativa e Fiscal. Uma Justiça plenamente democrática e alicerçada em inquestionáveis direitos de cidadania.

«Senhor Presidente, senhores Deputados, fazer uma reforma da Administração Pública não é apenas elaborar leis. É, sobretudo, aplicá-las e disponibilizar os meios para a realização dos seus objectivos.

«Três prioridades a cumprir»

«Há, neste quadro, três prioridades a cumprir, já a partir deste ano:
primeira, apostar na formação;
segunda, promover a requalificação;
terceira, fomentar a mobilidade.

«Primeiro, apostar na Formação: o factor humano é o principal activo da Administração Pública.

«Na sequência das leis aprovadas, passa a ser obrigatório para os dirigentes da Administração Pública obter uma formação específica. Para tanto, já começaram a funcionar os chamados Cursos de Alta Direcção em Administração Pública. Só em 2004 serão cerca de 200 os dirigentes que vão frequentar estes Cursos.

«São Cursos de um ano, a realizar de forma descentralizada em vários pontos do País, coordenados pelo Instituto Nacional de Administração em cooperação com várias Universidades.

«É um investimento decisivo na formação profissional dos dirigentes da função pública.

«Segundo, promover a Requalificação: é outra meta essencial. Neste sentido serão criadas, entre 2004 e 2006, 7000 bolsas para formação na Administração Pública. São bolsas para estágios de longa duração (entre 2 a 3 anos) de licenciados e doutorados e bem assim bolsas de formação especializadas para quadros da função pública.

«É mais uma aposta na modernização, no rejuvenescimento dos quadros dirigentes, na requalificação profissional, na melhoria da qualidade dos agentes e servidores do Estado.

«Terceiro, fomentar a Mobilidade: É um outro objectivo de grande relevância.

«Neste âmbito, está já a funcionar on line desde Outubro de 2003, a Bolsa de Emprego Público.

«Trata-se de um instrumento essencial para a dinamização da oferta de emprego e para a mobilidade no âmbito da função pública.

«Em poucos meses, já se registaram na Bolsa de Emprego Público mais de 4 mil funcionários. Cerca de 500 tomaram mesmo a iniciativa de pedir mobilidade.

«Quero, por isso mesmo, dizer-vos que dei orientações precisas para que a primeira grande acção de mobilidade no âmbito da função pública venha a beneficiar a Polícia de Segurança Pública.

«Trata-se de substituir agentes da PSP que há anos estão em gabinetes, a cumprir funções burocráticas e administrativas, por funcionários vindos de outros serviços do Estado, permitindo que aqueles agentes de segurança passem a estar na rua, nas missões para que realmente foram preparados – missões de policiamento e de segurança de pessoas e bens.

«Com esta medida, só em 2004 e 2005, mais 2000 agentes de segurança passarão a estar no terreno, no policiamento de rua, libertos das suas tarefas de gabinete.

«É uma medida extremamente importante para reforçar a segurança das pessoas e o combate à criminalidade.

«Senhor Presidente, senhores Deputados: as leis aprovadas e as medidas de desenvolvimento agora enunciadas demonstram que esta reforma é mesmo para fazer e que vai alcançar resultados positivos para o Estado e para a sociedade.

«Por isso mesmo, resolvi avançar agora com a constituição do Conselho Consultivo da Reforma da Administração Pública, que funcionará na directa dependência do Primeiro-Ministro, constituído por várias personalidades de comprovado mérito, a quem incumbirá formular recomendações que visem aprofundar a reforma que está em marcha.



«A verdade, senhores Deputados, é que estamos perante a reforma das reformas. Uma reforma de capital importância para o cumprimento das metas que hão de balizar o próximo Programa de Estabilidade e Crescimento.

«Para nós este Programa é para fazer e para cumprir. Não somos como o

Na Assembleia da República (conclusão)

O paradigma do Estado centralista tem os dias contados com esta «revolução tranquila» da descentralização



maior partido da oposição que se refugia na irresponsabilidade e na falta de sentido de Estado quando pretende dar mais atenção ao Pacto de Estabilidade, que é europeu e não está ainda em revisão, em vez de cuidar do Programa de Estabilidade que é nacional e está neste momento em fase de apreciação e decisão.

«Mas o objectivo central desta reforma não é meramente financeiro ou orçamental.

«O objectivo é a qualidade. Uma nova sociedade e uma nova economia exigem uma Administração Pública competitiva, eficiente e transparente.

«O Estado precisa de um novo modelo de gestão. O País exige uma nova cultura de Administração fundada na ética, nos valores do serviço público, no mérito, na avaliação e na responsabilidade.

«É para isso que trabalhamos. Apostando nos Portugueses. Agindo, como sempre, em nome de Portugal.» **Fonte: Gab. Press. PM**

Debate vivo, com o Primeiro-Ministro em grande forma

Na primeira ronda de perguntas, o Secretário-Geral do PS atacou o Governo, sobre o aumento dos subsídios de refeição e sobre as eventuais mudanças na tabela de subsídios da ADSE, que apresentou como factos consumados.

Na réplica, o primeiro-ministro afirmou que as alterações relativas à ADSE “são uma proposta de actualização entregue aos sindicatos e aberta a negociações” que “envolve melhorias e refere-se a um regime que abrange 300 mil pessoas e não um milhão, uma vez que “as restantes são abrangidas pelo regime convencionado”.

No que respeita ao aumento do subsídio de refeição, Durão Barroso acusou o líder do PS de “demagogia” e argumentou que a contenção salarial “era inevitável, dada a situação orçamental em que se encontrava o País”.

“Aumentámos os salários ao nível da inflação para 40 por cento dos trabalhadores da Administração Pública e estamos em condições para, já no próximo ano, aumentar os salários

dos funcionários públicos”, declarou o Primeiro-Ministro.

Durão Barroso voltou a desafiar Ferro Rodrigues para um consenso sobre o Programa de Estabilidade e Crescimento, que enquadra os orçamentos nacionais, e lembrou o apelo do Presidente da República “e de tantas personalidades individuais” para um entendimento nessa matéria.

“Vossa excelência - disse - não tem uma política orçamental para Portugal e quer rever a política orçamental da Europa, o que seria completamente ridículo”, afirmou o primeiro-ministro, criticando a proposta do PS de uma apresentação, na União Europeia, de um projecto nacional de revisão do Pacto de Estabilidade e Crescimento, que impõe regras orçamentais aos países da moeda única.

Durão Barroso esclareceu também que é uma necessidade absoluta, a redução do número de funcionários públicos, única forma de assegurar a reforma desses mesmos funcionários, referindo que há seis anos «...havia 1 funcionário no activo para um aposentado, enquanto actualmente já há 1,7 funcionários activos para cada aposentado da função pública»

Lembrou ainda que «durante os governos socialistas houve um aumento de 100 mil funcionários públicos», disse, recordando que mesmo em simples gestão, após a demissão do anterior Primeiro Ministro, tinham sido nomeados muitas centenas de funcionários para cargos de chefia, o que, além do mais, é profundamente errado do ponto de vista ético.

Ainda noutra resposta à oposição sobre a escolha do tema do debate, o Primeiro-Ministro respondeu à oposição, explicando que “escolheu este tema, num momento difícil, precisamente para afirmar a firmeza do Governo em avançar com esta reforma” e rejeitou novamente a ideia da diminuição das comparticipações da ADSE, dando exemplos de serviços onde a participação do Estado aumenta.

O líder da bancada do PSD, Guilherme Silva, na sua intervenção, referiu à anunciada disponibilidade do PS para rever o Pacto de Estabilidade e Crescimento (europeu), mas não o Programa de Estabilidade e Crescimento, como pretende o Governo dizendo que “Ferro Rodrigues vai ficar conhecido como o senhor PEC e não-PEC”, afirmou, lembrando a forma como o Primeiro-Ministro tinha rebatido os argumentos da oposição usando o termo “uma sova”, que causou risos e aplausos da maioria.

Também o presidente do grupo parlamentar do CDS-PP, Telmo Correia, aproveitou o mesmo tema para dizer que o PS “triste e cinzento”, “não quer nenhum PEC e só se entusiasma quando defende o PREC”.

E Durão Barroso aproveitou, ao responder a uma posterior do Deputado Patinha Antão, deixou um recado directo a Ferro Rodrigues:

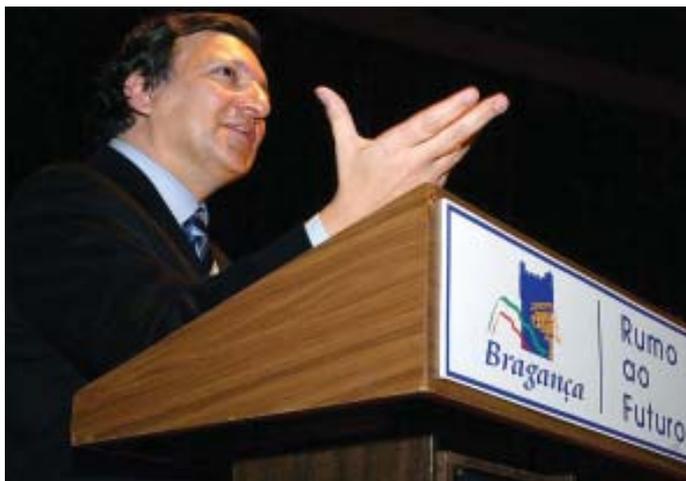
“Olhos nos olhos, doutor Ferro Rodrigues, por esse caminho não tem credibilidade para vir a assumir os destinos de Portugal”, disse. **-Fonte: Lusa**





No Nordeste Transmontano

Durão Barroso em visita oficial alerta autarcas para novas regras de candidatura a fundos comunitários



O primeiro-ministro iniciou no sábado uma visita de dois dias ao Nordeste Transmontano, durante a qual inaugurou o teatro municipal de Bragança e assistiu ao concerto inaugural.

A deslocação de Durão Barroso, acompanhado de quatro ministros e seis secretários de Estado, começou em Bragança e prosseguiu em Mirandela e Macedo de Cavaleiros.

Durão Barroso assistiu ao concerto de estreia do novo espaço cultural, que custou dez milhões de euros e oferece à população de Bragança a oportunidade de realizar e assistir a espectáculos até agora impossíveis por falta de um local adequado.

Antes da inauguração, Durão Barroso, participou na cerimónia de encerramento da Assembleia Geral da Associação do Eixo Atlântico, que congrega municípios do Norte de Portugal e da Galiza (Espanha).

Acompanham Durão Barroso nesta deslocação ao distrito de Bragança, os ministros da Agricultura, Cultura, Obras Públicas e do Ambiente e Cidades, o Secretário de Estado adjunto do Primeiro-Ministro e de mais cinco secretários de Estado: Segurança Social, Obras Públicas e da Administração Local e os Secretários de Estado adjuntos dos ministros da Saúde e da Cultura.

A mesma comitiva acompanhou Durão Barroso no segundo dia da visita, que começou em Mirandela, com a inauguração de um centro de acolhimento temporário de jovens em risco.

Durão Barroso almoçou depois,

em Macedo de Cavaleiros, com os presidentes das Câmaras dos distritos de Bragança e Vila Real.

A criação das comunidades urbanas foi um dos assuntos marcantes na agenda, numa altura em que cada vez mais municípios defendem a criação de uma só comunidade para Trás os Montes, depois de algumas divisões iniciais.

O Primeiro-Ministro teve ainda tempo para visitar a mostra e venda de caça e outros produtos da terra que esteve patente em Macedo de Cavaleiros, até domingo.

Considerações sobre posições portuguesas na hierarquia da Comissão Europeia e sobre sondagens

Após a sessão final da Assembleia Geral da Associação do Eixo Atlântico, o Primeiro-Ministro, abordado pelos jornalistas sobre a nomeação, para o próximo futuro, de um novo Comissário Europeu português, afirmou: “Não tomei ainda qualquer decisão sobre essa matéria”, lembrando que o imediatismo da comunicação social não é compaginável com as decisões meditadas de quem tem o dever de governar, e afirmando que “é prematuro indicar o nome do comissário português”.

“Esses nomes só devem ser apresentados depois de ser conhecido o presidente da Comissão Europeia, o que não acontecerá, em princípio,

antes de Junho deste ano, dado que a nova Comissão Europeia só assumirá funções em Novembro”, declarou.

“Tenho visto aí as sugestões de nomes, que aparecem na imprensa. Posso dizer-vos o seguinte: não tomei ainda qualquer decisão nessa matéria”, acrescentou.

Quanto à presidência da Comissão Europeia, Durão Barroso considerou “inoportuna qualquer declaração pública” da sua parte, “visto isso poder prejudicar alguns contactos de natureza reservada que serão levados a cabo proximamente, até entre os próprios Primeiros-Ministros europeus”.

Durão Barroso frisou, no entanto, que “no caso de haver uma candidatura portuguesa com hipótese de ganhar, o Governo português apoiará sem reservas essa mesma candidatura”, escusando-se a tecer mais comentários.

Quanto a questões de moderação salarial, Durão Barroso repetiu o que

tinha dito no debate de sexta-feira na Assembleia da República: “se o Governo não pode dar mais, por exemplo em matéria de aumento de salários, é preciso compreender que o faz porque entende que não há melhor solução”.

“É por um exercício de responsabilidade”, acrescentou, referindo que “quaisquer greves ou jornadas de luta não podem prejudicar um dever de governar de acordo com os recursos de que o país dispõe”.

Quanto a recentes sondagens sobre a posição relativa do PSD e do maior partido de oposição, afirmou: “É normal, mas eu governo para o País e não governo para sondagens, até porque se eu acreditasse nas sondagens nunca teria sido Primeiro-Ministro, pois devem lembrar-se que poucos meses antes das últimas eleições todas as sondagens davam a vitória do partido que hoje em dia está na oposição”, afirmou.

Reunião do Conselho de Ministros em Bragança e alerta aos autarcas sobre fundos comunitários



No Nordeste Transmontano (Conclusão)

Intervenções centradas na criação das novas Comunidades Urbanas

Inaugurado o Teatro Municipal de Bragança

Mais tarde e durante a sessão de inauguração do Teatro de Bragança, Durão Barroso, deixou a expectativa de o Conselho de Ministros poder vir a reunir-se nesta cidade do Nordeste Transmontano, embora sem avançar uma data.

Primeiro-Ministro respondia a um convite feito pelo presidente da Câmara local, o social-democrata Jorge Nunes e disse: “Não lhe posso prometer a data, mas vou propor ao Conselho de Ministros a aceitação do seu convite”, afirmou mas não se comprometeu com os temas sugeridos pelo autarca para “topo da agenda” de uma eventual reunião a realizar na cidade, nomeadamente os acessos rodoviários e a criação da universidade de Bragança.

“Não lhe posso prometer, porque não é nossa prática que o Conselho de Ministros seja regional ou distrital, mas quando nos reunimos numa região do país é uma forma de dar mais atenção a essa região”, declarou o Primeiro-Ministro.

Os temas propostos pelo autarca constituem as principais reivindicações desta região e têm sido apoiados por Durão Barroso em todas as deslocações a Bragança.

Antes desta cerimónia, o Primeiro-Ministro, ao intervir no encerramento da assembleia geral da Associação do Eixo Atlântico, alertou os autarcas para “mudanças drásticas” na atribuição de fundos comunitários, que vão obrigar os municípios a pensarem para além das suas fronteiras, pedindo-lhes que tomassem nota das regras do novo Quadro Comunitário de Apoio, que entrará em vigor em 2007 e começará a ser negociado a partir de Fevereiro.

“O financiamento comunitário vai modificar-se imenso, a filosofia passa a ser outra e, se até agora havia projectos de âmbito municipal que podiam merecer apoio comunitário, no futuro isso será praticamente impossível”, alertou Durão Barroso, exortando os autarcas a pensarem “estrategicamente e a ganharem dimensão”.

O chefe do Governo afirmou que projectos com uma dimensão meramente municipal, e não de impacto regional, dificilmente terão financiamento, salientando que as suas palavras eram apenas um alerta que deveria ser tomado em consideração no processo de constituição das comunidades urbanas naquela região.

A Assembleia Geral da Associação do Eixo Atlântico - uma organização criada há 12 anos e que congrega 18 municípios galegos e do Norte de Portugal - decorreu pela primeira vez em Bragança, a “cidade portuguesa mais periférica” do Noroeste Peninsular, como salientou Rui Rio, presidente da associação e da Câmara do Porto.

A associação decidiu avançar com um estudo sobre a potencialidade e constrangimentos desta “euro-região” para elaborar um segundo plano estratégico e procurar financiamento na União Europeia.

Para o Primeiro-Ministro, a Associação do Eixo Atlântico é “um bom exemplo do que pode ser a cooperação entre regiões e países”.

O vice-presidente de Santiago de Compostela, Sánchez Bugallo, disse ter ficado deslumbrado com o desenvolvimento da cidade de Bragança, desde a última vez que ali esteve, há cinco anos.

“A única coisa que não mudou em Bragança foi a carretera (estrada)”, observou o autarca galego.

Durão Barroso assegurou que as estradas fazem parte do programa do Governo e mencionou várias vezes o aparecimento de novas infra-estruturas nesta região, como o moderno teatro municipal de Bragança, que iria inaugurar à noite.

Encorajamento à formação de comunidades urbanas viáveis

No segundo e último dia da visita, o Primeiro-Ministro, esteve em Mirandela e Macedo de Cavaleiros. Depois de um almoço no segundo destes municípios, para o qual foram convidados os presidentes das Câmaras dos distritos de Bragança e Vila Real Durão Barroso voltou advertir os autarcas transmontanos para as consequências de divisões na criação das comunidades urbanas, lembrando que os financiamentos europeus deixarão de contemplar pequenos projectos municipais a partir de 2007.

“Têm de ter dimensão para apresentar planos ao Governo ou à União Europeia”, disse o primeiro-ministro, que defendeu a “necessidade da criação de uma só comunidade



urbana em toda a região de Trás-os-Montes”.

“O Governo e a Administração Central vão trabalhar com o que decidirem, respeitamos a vontade dos autarcas que representam as populações, mas tenho o dever de chamar a atenção para algumas questões”, afirmou.

O primeiro-ministro disse também que o Governo apoiará a instalação das comunidades urbanas que estiverem formadas até Março e lembrou novamente que a partir de 2007, os financiamentos europeus deixarão de contemplar pequenos projectos de âmbito municipal, passando a apoiar projectos com dimensão regional ou redes transfronteiriças.

“Não me querendo substituir aos autarcas, espero que resulte aqui em Trás-os-Montes uma comunidade com certa dimensão”, declarou Durão Barroso, acrescentando que “é a união que faz a força”.

O primeiro-ministro anunciou para Macedo de Cavaleiros a localização de um dos núcleos regionais florestais que vão ser criados em todo o país, no âmbito do programa de acção florestal, que está a ser ultimado pelo Governo.

Durão Barroso explicou que o país vai ficar organizado em áreas, nas quais vão ser executados os planos regionais de ordenamento florestal, através dos núcleos regionais.

O primeiro-ministro assistiu ainda em Macedo de Cavaleiros à cerimónia de assinatura de dois protocolos para a construção de um

segundo centro de saúde e de um heliporto.

Esta infra-estrutura dará apoio ao combate aos incêndios florestais em toda a região e às operações de socorro, nomeadamente na evacuação de pessoas.

Durão Barroso ouviu ainda as preocupações do autarca local, o social-democrata Beraldino Pinto, com a insegurança no concelho e com a falta de condições nas principais vias rodoviárias da região, o IP2 e o IP4, para assistência médica em caso de sinistro durante o período do Euro 2004.

Durante a manhã, Durão Barroso ouviu mais um pedido para a realização de um Conselho de Ministros em Trás-os-Montes, desta feita do autarca de Mirandela, José Silvano, que formulou tal desejo em consonância com o que tinha sido solicitado no sábado pelo presidente da Câmara de Bragança, ter feito a mesma solicitação, no sábado.

Durão Barroso garantiu que o Conselho de Ministros vai reunir-se em Trás-os-Montes, mas não disse onde nem quando. “No país, já todos se aperceberam que eu não posso passar muito tempo sem vir a Trás-os-Montes. Preciso vir aqui receber este estímulo de gente que sabe que nada se alcança sem trabalho e sem iniciativa”, disse, lembrando mais uma vez as suas raízes transmontanas.

A passagem por Mirandela encerrou esta visita de dois dias ao distrito de Bragança, durante a qual centrou as suas intervenções na questão da criação das comunidades urbanas. – Fonte: Lusa

X CONGRESSO DOS TSD

REGULAMENTO

Artº 1º. (Data e Ordem de Trabalhos)

1. O X Congresso dos TSD reúne-se nos dias 20 e 21 de Março de 2004, em Tróia, Distrito de Setúbal, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1. Relatório de Actividades do Secretariado Nacional;
 2. Alterações dos Estatutos;
 3. Estratégia Política e Sindical;
 4. Eleição dos Órgãos Nacionais.
2. Os trabalhos do X Congresso decorrerão de acordo com o seguinte programa e horário:

Dia 20.Março - Sábado

- 9H30 - Recepção aos Congressistas
- 11H30 - Abertura dos trabalhos pela Presidente da Mesa e apresentação do Relatório de Actividades pelo Secretário Geral
- 12H30 - Início da apreciação do ponto 2.
- 13H30 - Almoço
- 15H00 - Continuação do ponto 2.
- 16H00 - Votação das alterações aos Estatutos
- 17H00 - Início da apreciação do ponto 3.
- 20H00 - Jantar
- 21H30 - Continuação do ponto 3.
- 24H00 - Votação das Moções de Estratégia Política e Sindical

Dia 21.Março - Domingo

- 09H30/11H30 - Eleição dos Órgãos Nacionais
- 12H30 - Sessão de Encerramento

Artº 2º. (Universo Eleitoral)

1. Têm direito a eleger delegados ao X Congresso os militantes filiados nos TSD, no pleno gozo dos seus direitos estatutários.
2. Só podem ser candidatos a delegados ao X Congresso os militantes com mais de 1 ano de filiação.

Artº 3º. (Delegados dos Distritos e Regiões Autónomas)

1. 400 delegados a eleger pelas estruturas dos TSD, rateados pelos Círculos Distritais e das Regiões Autónomas, proporcionalmente ao número de militantes inscritos nos Serviços Centrais à data da aprovação do presente Regulamento pelo Conselho Nacional e tendo em conta o previsto nos números seguintes.
2. É garantido um mínimo de quatro delegados a cada um dos círculos eleitorais.
3. Ao Secretariado da Juventude e aos Núcleos de Emigrantes, de Imigrantes e de Reformados são atribuídos quatro delegados a cada.

Artº 4º. (Delegados por Inerência)

São Delegados ao X Congresso, por inerência estatutária, os membros efectivos dos órgãos definidos nas alíneas b) e e) do Artº 20º. dos Estatutos, bem como os efectivos e suplentes dos órgãos definidos nas alíneas c) e d) do mesmo artigo.

Artº 5º. (Delegados das Associações Sindicais e Comissões de Trabalhadores)

São Delegados ao X Congresso, 90 militantes dos TSD que exerçam funções nos Corpos Gerentes das Associações Sindicais e 10 militantes em Comissões de Trabalhadores, organizações que serão agrupadas e rateadas pelo Secretariado Nacional, tendo em conta a sua dimensão.

Artº 6º. (Cadernos Eleitorais)

Os Cadernos Eleitorais, integrados pelos militantes inscritos nos Serviços Centrais até à data da aprovação do presente Regulamento, serão organizados pelos Serviços Centrais e afixados nas respectivas sedes distritais até 10 de Fevereiro.

Artº 7º. (Eleições)

1. As convocatórias das Assembleias Eleitorais para a eleição dos Delegados ao Congresso pelos círculos eleitorais distritais e regionais devem ser entregues nos Serviços Centrais até ao dia 2 de Fevereiro, para efeito de publicação no “Povo Livre” de 13 de Fevereiro.
2. As Assembleias referidas no número anterior deverão ser convocadas por carta enviada para casa dos militantes e por anúncio publicado no “Povo Livre” e afixadas em local bem visível na sede respectiva, com a antecedência mínima de quinze dias sobre o acto eleitoral.
3. As listas de candidaturas a Delegados a que se referem os números anteriores deste artigo são entregues nos Secretariados Distritais ou Regionais, até 5 dias úteis anteriores à data das eleições, sendo afixadas nas sedes e locais onde funcionam as urnas de voto.
4. A eleição de delegados decorre no dia 3 de Março e os delegados eleitos devem ser comunicados aos Serviços Centrais até 9 de Março, para efeitos de publicação no “Povo Livre”, acompanhados da acta da eleição.
5. As listas de candidaturas de Delegados ao X Congresso terão que ser subscritas com o mínimo de 20 militantes ou 5% dos membros do órgão competente para a eleição.

6. Os candidatos deverão assinar um termo individual ou colectivo de aceitação de candidatura.

7. A composição das mesas de voto é da responsabilidade dos Secretariados Distritais ou Regionais, podendo cada lista concorrente indicar também um elemento.

8. A eleição dos delegados atribuídos às Associações Sindicais e Comissões de Trabalhadores realizar-se-à no dia 2 de Março, na base do conjunto dos militantes que façam parte dos cadernos eleitorais e pertençam aos Corpos Gerentes da respectiva organização sindical ou sejam membros das Comissões de Trabalhadores, e comunicadas aos Serviços Centrais até 9 de Março, acompanhadas da acta da eleição.

Artº 8º. (Observadores)

Podem assistir ao Congresso observadores convidados pelo Secretariado Nacional, devendo este ratear pelos Secretariados Distritais e Regionais, o número de lugares disponíveis nas instalações do Congresso.

Artº 9º.

X CONGRESSO DOS TSD

REGULAMENTO

(Inscrições)

1. A inscrição no Congresso dos delegados e observadores, efectuar-se-à através da remessa aos Serviços Centrais de um boletim de inscrição próprio autenticado pelos órgãos competentes e nos termos das normas constantes do mesmo boletim.

2. A inscrição dos delegados será acompanhada da quantia de 35 (trinta e cinco) Euros, encontrando-se dispensados deste pagamento os delegados eleitos fora do Continente e os desempregados.

3. A inscrição dos observadores será acompanhada da quantia de 35 (trinta e cinco) Euros.

4. As inscrições deverão dar entrada nos Serviços Centrais dos TSD até ao dia 9 de Março.

Artº 10º. (Substituições)

Depois de recebidas as inscrições dos delegados só serão permitidas substituições que dêem entrada nos Serviços Centrais até ao dia 14 de Março.

Artº 11º. (Subscrição das propostas e listas)

1. As propostas referentes aos pontos 2 e 3 da ordem de trabalhos devem ser subscritas pelo Secretariado Nacional, por 50 dirigentes sindicais e/ou membros de Comissões de Trabalhadores, por 500 militantes inscritos nos cadernos eleitorais, ou pelas Assembleias Distritais ou Regionais.

2. Cada órgão a que se refere o número anterior apenas poderá apresentar uma proposta por cada ponto da ordem de trabalhos.

3. As listas de candidaturas aos órgãos nacionais devem ser subscritas por um mínimo de 30 delegados que não façam parte das mesmas e devem ser acompanhadas das respectivas declarações de aceitação de candidatura.

Artº 12º. (Apresentação de Moções)

1. As Moções referentes aos pontos 2 e 3 da ordem de trabalhos serão remetidas à Mesa do Congresso, por forma a darem entrada nos Serviços Centrais até ao dia 21 de Fevereiro.

2. As propostas devem ser acompanhadas de uma cópia em suporte magnético.

3. As propostas admitidas pela Mesa serão publicadas no "Povo Livre" do dia 28 de Fevereiro.

Artº 13º. (Presença da Comunicação Social)

Podem assistir aos trabalhos do Congresso representantes dos órgãos de comunicação social previamente credenciados pela organização do Congresso.

Artº 14º. (Disposições Gerais)

1. O Secretariado Nacional poderá convidar a assistir ao Congresso as individualidades que entender.

2. Todas as dúvidas ou esclarecimentos que suscite o presente regulamento serão resolvidas pelo Secretariado Nacional e Conselho de Disciplina e Fiscalização Nacional.

3. A Mesa do Congresso, o Secretariado Nacional e o Conselho de Disciplina e Fiscalização Nacional funcionam na Rua Buenos Aires, nº 28-2º, em Lisboa.

CALENDÁRIO

08.Nov.03

- Marcação do X Congresso

02.Fev.04

- Envio das Convocatórias para publicação no Povo Livre

10.Fev.04

- Afixação dos Cadernos Eleitorais

13.Fev.04

- Publicação das Convocatórias no Povo Livre

21.Fev.04

- Data limite para entrega das Moções de alteração aos Estatutos e de Estratégia Política e Sindical

28.Fev.04

- Publicação no Povo Livre das Moções de alteração aos Estatutos e de Estratégia Política e Sindical

02.Mar.04

- Eleição dos Delegados das Associações Sindicais e das Comissões de Trabalhadores

03.Mar.04

- Eleição dos Delegados pelos Círculos Distritais e Regionais

09.Mar.04

- Data limite para recepção da Inscrição dos Delegados e Observadores pelos Serviços Centrais

13.Mar.04

- Data limite para substituição de Delegados

20 e 21 de Março 2004

- X Congresso

Distribuição de Delegados

Distrito

nº de delegados

Lisboa/AML	82
Porto	60
Setúbal	25
Aveiro	22
Coimbra	20
Braga	20
Açores	17
Faro	15
Vila Real	12
Madeira	12
Viseu	12
Leiria	12
Santarém	11
Guarda	11
Beja	11
Bragança	9
Castelo Branco	9
Viana do Castelo	8
Portalegre	8
Lisboa/AO	8
1 Sec. Emigrantes	4
1 Sec. Juventude	4
1 Sec. Imigrantes	4
1 Sec. Reformados	4
Total	400



ESPOSENDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se os militantes da Concelhia de Esposende, para o Plenário de Secção, a reunir no próximo dia 13 de Fevereiro de 2004, pelas 21h00, no Hotel Suave Mar, na cidade de Esposende, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Discussão e votação do Plano de Actividades e Orçamento para o Ano de 2004;
2. Discussão e votação de relatório de contas em exercício de 2003;
3. Eleições para o Parlamento Europeu;
4. Análise da situação Política, Local e Nacional.

5. Assuntos de interesse.

ÍLHAVO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, convoco a Assembleia de Secção de Ílhavo, para uma reunião ordinária no dia 13 de Fevereiro de 2004 (sexta-feira), pelas 21h00, no Salão Cultural da Junta de Freguesia da Gafanha do Carmo, com a seguinte

Ordem de Trabalho

1. Informações;
2. Apreciação e votação do relatório de actividades e contas de 2004;
3. Apreciação e votação do Plano de Actividades e Orçamento de 2004;
4. Análise do mandato autárquico;
5. Análise da situação política.

MIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Mira, para reunir no próximo dia 0 de Fevereiro de 2004 (sexta-feira), pelas 21h30, na Casa do Povo de Mira, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Apreciação das actividades desenvolvidas pela Comissão Política em 2003;
2. Apresentação de contas do ano de 2003;
3. Análise da situação política do concelho;

4. Outros assuntos de interesse para o Partido de Mira.

MOITA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção da Moita, para reunir no próximo dia 14 de Fevereiro de 2004, sábado, pelas 15h00, na sede do Núcleo do Vale da Amoreira, sita no Centro Comercial loja 3, Vale da Amoreira, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Aprovação de contas de 2003;
3. Orçamento de 2004.

MONTIJO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do PSD Montijo, para reunir, na sede concelhia, no próximo dia 9 de Fevereiro de 2004, pelas 21h30, com a seguinte

Ordem de trabalhos

1. Apresentação, discussão e aprovação das contas do ano de 2003;
2. Análise da situação Política.

NÚCLEO DE ERMESINDE

Ao abrigo dos estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo de Ermesinde do PSD, para reunir no dia 3 de Março de 2004, pelas 21h00, na sede sita na Rua Rodrigues de Freitas n.º870, Ermesinde, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Análise da situação política;
2. Informações.

NÚCLEO DE RIO DE MOINHOS (PENAFIEL)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se os militantes do Núcleo de Rio de Moinhos, para reunirem em Assembleia, no próximo dia 27 de Fevereiro de 2004 (sexta-feira), no Salão Nobre da Junta de Freguesia de Rio de Moinhos, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Apresentação de contas;
2. Análise da situação político-partidária;

OEIRAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se os militantes do PSD de Oeiras, para a Assembleia de Secção no dia 12 de Fevereiro de 2004, na sede do PSD, Largo do Avião Lusitânia, n.º15 às 21h00 com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Aprovação do relatório de contas do exercício compreendido entre 01-01-03 e 31-12-03.
3. Intervenção do Ministro da Educação, Prof. Doutor David Justino, sobre política de educação do XV Governo Constitucional.
4. Análise da situação política nacional e local.

SECÇÃO D

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção D, para reunir, em sessão ordinária, na nova sede da Secção, na Av. Duque de Loulé, n.º74- tornejando para a Rua Luciano Cordeiro, n.º116, com entrada pelo n.º116- 2º andar esquerdo, no próximo dia 12 de Fevereiro de 2004 (quinta-feira), pelas 21h00, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Aprovação de Contas;
2. Análise da situação política.

SETÚBAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Setúbal do PSD para reunir, em sessão ordinária, no dia 12 de Fevereiro de 2004, quinta-feira, pelas 21h30, na sede da Secção de Setúbal do PSD, sita na Rua Rodrigues de Freitas, 23 1º esq, em Setúbal, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Apreciação e votação das contas de 2003 e do Orçamento para 2004;
3. Análise da situação política.

VALONGO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Valongo, para reunir no dia 11 de Fevereiro de 2004, pelas 21h00, no Centro Cultural de Campo, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

4. Informações;
5. Aprovação do relatório de actividades e contas do exercício de 2003;
6. Análise da situação política.

VALPAÇOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Valpaços, para reunir no dia 11 de Fevereiro de 2004 (quarta-feira), a partir das 18h00, na sede do PSD, Rua 25 de Abril, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Apreciação e votação do relatório e contas de 2003;
2. Análise da situação política.



I CONSELHO DISTRIAL EXTRAORDINÁRIO DE 2004

Nos termos do art.º 71 n.º 2 dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Conselho Distrital de Évora da JSD para reunir no próximo dia 14 de Fevereiro de 2004 (Sábado), pelas 15h00, na Sede Distrital do PSD de Évora, sita na Rua Cândido dos Reis, n.º 48, em Évora, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1- Debate Temático: "Região de Évora: Perspectivas para um desenvolvimento sustentável".
- 2- Debate Temático: "Sexualidade Juvenil, Planeamento Familiar, Medidas Contraceptivas. Abertura ou não de um novo referendo sobre a IVG"

NOTA:

Solicita-se a todos os Conselheiros Distritais que por qualquer motivo não possam estar presentes que, de acordo com o art.º 14 do Regulamento do Conselho Distrital de Évora, apresentem a referida justificação de falta junto da Mesa.

ALMADA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário da Secção de Almada, a ter lugar no próximo dia 12 de Fevereiro de 2003, pelas 21h00, na Sede Concelhia, sita na Rua D. João de Castro n.º 52, R/c, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1- Informações;
- 2- Apresentação, Discussão e Votação do Relatório de Contas e Actividades de 2003.
- 3- Apresentação, Discussão e Votação do Orçamento e Plano de Actividades para 2004.
- 4- Análise da situação política.

Carlos Coelho defende abordagem integrada e global da imigração clandestina



O Deputado do PSD **Carlos Coelho** afirmou em Estrasburgo, que “a União Europeia tem vindo a ser confrontada com o problema crescente da imigração clandestina sendo fundamental que se desenvolva uma abordagem integrada e global destinada a prevenir e erradicá-la, e combater as causas que estão na base deste fenómeno”.

Carlos Coelho, em intervenção no debate do Parlamento Europeu sobre a política comum em matéria de

imigração clandestina, recordou que, já no Conselho de “*Tampere, reclamou-se uma Política comum de asilo e de imigração, e em Laeken e Sevilha, reafirmou-se a necessidade de uma luta eficaz contra a imigração ilegal, procedeu-se a um primeiro balanço sobre os progressos realizados nesta área. Em Salónica, o Conselho Europeu deu luz verde à presente iniciativa*”.

O Deputado social democrata defendeu que “*é necessário, para se manter uma abordagem geral e coerente:*

- a existência de vias legais de emigração, que permitam aos cidadãos de países terceiros entrarem no território da União, tendo em conta a capacidade de acolhimento de cada Estado Membro e pressupondo uma cooperação reforçada com os países de origem;

- a integração dos imigrantes em situação regular que residem e que trabalhem na UE, com uma política comum de integração social

que estabeleça um equilíbrio entre os direitos e as correspondentes obrigações desses cidadãos e as sociedades de acolhimento;

- uma gestão conjunta dos fluxos migratórios, nomeadamente a política em matéria de vistos, sendo indispensável que se chegue o mais rápido possível a acordo sobre os necessários pressupostos jurídicos, técnicos e financeiros do VIS;

- a melhoria dos controlos nas fronteiras externas (pressupondo uma repartição dos encargos com a segurança dos sectores fronteiriços mais sensíveis) e devendo ser criado um Corpo Europeu de Guarda-Fronteiras;

- um sistema europeu de asilo;

- a negociação de acordos de readmissão e com uma política comum em matéria de regresso das pessoas em situação ilegal (que deverá implicar o respeito de determinadas

normas de segurança e dos Direitos Fundamentais), com a existência de normas mínimas para os procedimentos de regresso, bem como um reconhecimento mútuo dessas decisões, e com o co-financiamento de projectos de cooperação ao abrigo de um programa de ajuda ao regresso;

- a luta contra o tráfico de seres humanos, com a responsabilização das pessoas que dele obtêm lucros e um apoio às respectivas vítimas, sendo de salientar a importância de um apoio operacional crescente da Europol na prevenção e luta contra este tipo de tráfico;

- a luta contra a imigração clandestina, implicando a nível preventivo a realização de campanhas de informação sobre as consequências de imigração ilegal, exploração e desemprego, bem como sobre as possibilidades e perspectivas de imigração legal, que deverão constituir a verdadeira alternativa”.

Regina Bastos manifesta preocupação com futuro da indústria têxtil

A Deputada do PSD **Regina Bastos**, no debate do Parlamento Europeu sobre o futuro da indústria têxtil numa Europa alargada, salientou a qualidade da Comunicação da Comissão mas afirmou que “apesar disso a preocupação é grande e são muitas as interrogações”.

Regina Bastos quer saber “*como é que a Comissão vai traduzir as suas propostas em medidas específicas, qual o calendário e o orçamento previsto para a implementação das mesmas? Espero, acrescentou, que possamos obter respostas a estas questões. Lembro as palavras optimistas do Comissário Lamy relativamente à Indústria Têxtil, classificando-a como um sector com futuro na União Europeia e da maior importância na Agenda Europeia para o Comércio*”.

Citando o Comissário Pascal Lamy que disse recentemente que “*em 2005, já não haverá quotas de importação, mas permanecerá o*

nosso interesse pela Indústria”, Regina Bastos afirmou que “*temos que fazer face aos desafios presentes e futuros, mas garantindo com firmeza a manutenção dos postos de trabalho neste sector. Para isso estamos conscientes que é essencial promover a competitividade das empresas através da inovação, da flexibilidade produtiva, da formação e da requalificação da mão de obra actual desta indústria*”.

A Deputada social democrata salientou ainda alguns pontos da proposta de resolução do Parlamento:

“*O papel vital dos Fundos Estruturais*

Apoio o pedido para que seja previsto, no quadro financeiro dos Fundos Estruturais, uma iniciativa regional específica para o sector para fazer face às dificuldades que vão surgir em 2005 e adaptar os trabalhadores às novas exigências do

mercado de trabalho.

E isto porque as indústrias têxteis estão concentradas numa só região de um país, como por exemplo em Portugal onde estão, na sua esmagadora maioria, na região norte, o que leva estas regiões a sofrer todas os efeitos negativos de uma crise no sector.

A criação de um Observatório do Têxtil e do Vestuário

Esta medida permitiria analisar a evolução do comércio entre a China e a UE e garantir o respeito das regras em vigor em ambas as regiões.

Os acordos comerciais bilaterais

Todos os acordos comerciais bilaterais da UE, devem incorporar o princípio da responsabilidade social das empresas, o respeito dos direitos fundamentais da Organização Internacional do Trabalho e o desenvolvimento sustentável.



A Comissão deveria utilizar as experiências do sector têxtil em outros sectores de produção que têm as mesmas características a nível da concorrência internacional e em matéria de reestruturações (por exemplo: sectores da cerâmica, calçado e couro)”.

Secção de Tomar em mais uma acção de formação:

Jorge Nuno Sá presente

No próximo dia 7 de Fevereiro, a Secção da JSD de Tomar promove mais uma iniciativa de formação de quadros locais, com um programa variado quanto aos temas.

A acção começa às 11.30, com uma “aula” do companheiro Orlando Cavaco, Adjunto do Governador Civil de Santarém, que pela sua larga experiência autárquica, abordará a importância dos Governos Cívicos na Administração Pública.

Após o almoço convívio, o Director de Informação da JSD e Presidente da Mesa do Conselho Distrital de Santarém, Paulo Colaço, falará sobre a orgânica interna da JSD e aquilo que mudará com a recente revisão estatutária.

A sessão de encerramento está a cargo do Presidente da Comissão Política Nacional, Jorge Nuno Sá, com o tema “As Juventudes Partidárias e a Sociedade Civil”.

Os debates serão moderados respectivamente por Júlio Silva, Presidente da Mesa do Plenário de Secção, António Jorge, Secretário-Geral da concelhia e João Tenreiro, líder da Secção, que fará as conclusões dos trabalhos.

Deputado Gonçalo Capitão debate com JSD/Madeira

No próximo dia 6 de Fevereiro, o Deputado da JSD desloca-se ao Funchal a convite da JSD/Madeira, em mais uma acção de formação para dirigentes e militantes.

Num debate previsto para as 21.00 horas, o antigo dirigente da JSD e Vice-Presidente da Bancada Parlamentar do PSD falará sobre “Os Média e a Política”, um dos temas que mais tem ocupado as suas reflexões nos últimos tempos, quer a nível político quer académico.

Secção D de Lisboa com mais um espaço de convívio

Inaugurado a 23 de Janeiro, o Bar da Secção D da JSD/Lisboa pretende ser mais um local de encontro de militantes e debate de ideias políticas.

O espaço foi aberto na presença de dirigentes e militantes vindos de todo o distrito, tendo contado com as presenças do Presidente e Secretário-Geral da CPD/JSD-Lisboa e de vários Presidentes/representantes de inúmeras. Entre estas contavam-se as Secções H, I, Carcavelos, Mafra, Odivelas, Oeiras, Parede e Vila Franca de Xira.

O Bar está aberto às quintas, sextas e sábados a partir das 22 horas e fica situado na sede da Secção D, sita na Rua Luciano Cordeiro nº 116 2º. Os líderes locais convidam todos os companheiros uma visita de convívio.

JSD/Mafra colabora com a Junta de Freguesia da Ericeira

A Junta de Freguesia de Ericeira conta com o empenhado apoio da JSD de Mafra na implementação no terreno de várias campanhas de solidariedade social da responsabilidade da autarquia.

A Comissão Política de Secção de Mafra congratula-se com a angariação de cerca de trinta caixas de grandes dimensões, contendo roupa em bom estado e demais haveres úteis. Esta recolha, fruto do esforço dos militantes da secção, foi entregue à Junta de Freguesia, encarregue agora de proceder à sua distribuição por instituições locais, que era, aliás, um dos propósitos da referida CPS/JSD.

Outra das iniciativas a breve trecho de JSD/Mafra é a criação do Núcleo da Malveira, ajudando a dinamizar ainda mais os militantes da JSD nessa localidade, sendo uma área de grande concentração de militância.

Comunicado da CAÉ/JSD

Comissão Académica de Évora da JSD acusa Direcção da Associação de Estudantes da Universidade de Évora de Incompetência

A Comissão Académica de Évora (CAÉ) da JSD acusa a actual Direcção da AEUE de incompetência, esta prejudicou gravemente os estudantes desta Academia, manchando a imagem da instituição e da Universidade.

As declarações e o comportamento dos seus dirigentes nos últimos dias carecem de uma explicação, pois não contam toda a verdade

A AEUE não entregou até 31 de Maio 2003 o Relatório de Contas do seu mandato.

O referido Relatório de Contas só foi aprovado em Setembro de 2003, um claro incumprimento à Lei que impede a Associação de receber cerca de 65.000 euros.

Neste momento, segundo a Lei, nenhum dos eleitos da actual Direcção pode sequer ser candidato a novo mandato.

Isto é o que acontece aos que se preocupam mais com protagonismo político e ambições pessoais, do que em exercer com diligência as funções que os alunos da UE lhes confiaram. Uma Direcção competente nunca falharia prazos, jamais faltaria com as suas obrigações!

Apelamos aos estudantes desta academia que ponham a AEUE a salvo de incompetentes e convoquem novas eleições.

É necessário mudar e trabalhar pelos estudantes desta academia!

Pela reposição da verdade!

CAÉ/JSD

Nota: tendo acompanhado os combates travados há várias semanas pela reposição da verdade na Academia de Évora, o Gabinete de Informação saúda a coragem e determinação dos militantes da JSD no local que não baixam os braços nem esmorecem num clima que em nada lhes é favorável.

A todos um abraço de incentivo e reconhecimento.



JSD/Faro contra-ataca

Num comunicado duro e bem fundamentado, a Comissão Política de Secção da JSD/Faro não poupa crítica aos socialistas farenses pelo espírito de má oposição que estes protagonizam.

O parágrafo inicial diz tudo sobre o apoio que o executivo social-democrata tem por parte da JSD local:

«O PS de Faro faz-nos lembrar alguns regimes totalitaristas que pretendem reescrever o passado para se ilibarem das desgraças que produziram. Acusam o Executivo do PSD de constantemente lembrar o passado e, no entanto, ao invés de proporem uma solução de futuro ou uma alternativa, agarram-se ao que não fizeram e ao que fizeram mal feito num desfiar de inverdades que não traduzem senão a saudade do poder e o desespero para o recuperar a qualquer custo. Não para o bem dos farenses, como podemos constatar pelo seu comunicado, mas para satisfazer egos pessoais de quem se gosta de ouvir, mesmo que não tenho nada de novo ou interessante para dizer.»

Este texto da CPS da JSD de Faro poderá ser consultado na íntegra em “documentos”, no site da JSD (www.jsd.pt).

Secção de Évora falou da Revisão Estatutária

A convite da Comissão Política de Secção da JSD/Évora, dirigentes e militantes da JSD debateram a estrutura da JSD e as alterações à mesma que surgem na sequência do passado Congresso de 17 de Janeiro.

As alterações estatutárias, o impacto das mesmas sobre a estrutura e temas semelhantes foram abordados nessa tertúlia, cujo palco foi o “Oranjinhas Bar”, o bar da Secção de Évora.

A iniciativa teve lugar a 31 de Dezembro, pelas 22 horas, contando com a presença do Director de Informação da JSD, Paulo Colaço.

Convenção de autarcas da JSD de Santarém

O Auditório do IPJ de Santarém foi o palco da II Convenção de Autarcas da Distrital da JSD/Santarém. Este evento teve lugar a 31 de Janeiro, contando com as presenças de dirigentes distritais e concelhos que falaram da sua experiência autárquica aos cerca de 50 participantes nos trabalhos.

A abertura e encerramento estiveram a cargo, respectivamente, do Presidente da CPD/PSD Carlos Coelho e do Presidente da CPD/JSD Pedro Reis.

Os organizadores deram a iniciativa como um sucesso ao nível da formação de quadros, uma das principais vertentes da JSD.

JSD/Mourão promove iniciativa durante as festas do concelho

Aproveitando as festas de Mourão, a Comissão Política da respectiva Secção da JSD reuniu alguns militantes e simpatizantes, que procederam a um périplo pelo centro da Vila.

As festas em honra de N. Sra. das Candeias foram um bom mote para um jantar de confraternização no passado domingo, dia 1 de Fevereiro, contando com as presenças de Vice-Presidentes e da Secretária-Geral distritais.

Durante o jantar projectaram-se iniciativas para mobilização de uma estrutura que começa a preparar as próximas autárquicas.

Presente na iniciativa esteve o Director de Informação da CPN/JSD.

Leia, assine e divulgue

Receba semanalmente o Órgão Oficial do Partido

P O V O L I V R E

TABELA DE ASSINATURAS

Continente	Regiões Autónomas	
6 meses.....	16,21 €	6 meses.....22,45 €
12 meses.....	29,93 €	12 meses.....38,91 €
Apoio.....	59,86 €	
Estrangeiro	semestral	anual
Espanha.....	22,45 €	38,91 €
Europa, Angola, Moçambique, Guiné, S. Tomé e Macau.....	29,93 €	64,84 €
Outros Países.....	59,86 €	94,77 €

BOLETIM DE ASSINATURA

PSD - Rua de São Caetano à Lapa, 9 - 1200 Lisboa CODEX - Tel. 01 - 3952140

Nome: _____

Morada: _____

Cód. Postal: _____ Localidade: _____

Assinatura: Nova Renovação Semestral Anual

Junto envio cheque nº: _____

Segue Vale correio nº: _____

Junto numerário no valor de: _____

Assinatura

Caso seja militante por favor indique o seu número de militante _____

No Parlamento:

Rodrigo Ribeiro defende “Lei dos Rails”

O Deputado da JSD eleito pelo círculo de Lisboa, Rodrigo Ribeiro, um dos impulsionadores dos debates e medidas sobre prevenção rodoviária, sobretudo para condutores de veículos de duas rodas, participou activamente no debate, na generalidade, do projecto de lei n.º 383/IX — Colocação de guardas de segurança metálicas nas vias de comunicação públicas, integradas ou não na rede rodoviária nacional, contemplando a perspectiva da segurança dos veículos de duas rodas (iniciativa dos Grupos Parlamentares do PSD e CDS-PP).

A discussão teve lugar a 23 de Janeiro passado e, findos os trabalhos parlamentares, o Deputado Rodrigo Ribeiro recebeu representantes de inúmeros motoclubes, com os quais abordou temas prementes de segurança rodoviária, bem como portagens, pré-pagamento dos postos de abastecimento, impostos e taxas, circulação na faixa BUS, estacionamento reservados, etc.

Da intervenção do Deputado da JSD, realçamos as seguintes passagens:

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: Antes de começar não posso deixar de dizer algumas breves palavras em relação às centenas de motociclistas e presidentes de motoclubes de norte a sul do País que nos honram com a sua presença aqui, na Assembleia da República.

Vieram de norte a sul do País, nesta sexta-feira de manhã, de zonas tão a norte como Bragança, ou de zonas tão a sul como o Algarve; vieram de motoclubes aqui tão perto quanto o de Lisboa, ou de zonas tão longe como a bonita ilha de São Miguel, nos Açores. A todos eles o meu muito obrigado



restantes 10%? Não me parece.

E como não me parece que autorizassem essa vacina boa para uns, mas mortal para outros, também creio que não serão senão defensores da presente lei, que visa proteger a estrada para todos.

(...)

O que os motociclistas hoje pedem a esta Assembleia não é um milagre; é tão-somente uma lei. Para milagres, infelizmente, apenas podemos contar, até hoje, com a protecção do nosso padroeiro São Rafael, que nos protege até quando a estrada não o faz, mas hoje temos uma hipótese de proteger a estrada portuguesa, onde tanto sangue é derramado, nomeadamente pelos motociclistas.

(...)

Não vos peço que a aprovem (esta lei) por ser perfeita, porque não o é, com certeza, nenhuma lei o é, mas ela poderá ainda ser melhorada, e esta maioria faz tenção de o fazer, agora, o que vos peço, o que vos exijo, é que aprovem e aplaudam esta lei, porque é feita para garantia dos muitos milhares de motociclistas que, de norte a sul do País, chamam à nossa responsabilidade esta competência de legislar bem. E, acima de tudo, esta lei merece ser aplaudida e aprovada porque foi feita, nomeadamente, em memória das muitas centenas de motociclistas que hoje, infelizmente, já cá não podem estar para a aplaudir. Teremos de ser nós a fazê-lo por eles.

(...)

O Sr. Deputado Francisco Louçã falou em casos problemáticos da sinistralidade rodoviária, nomeadamente no caso da alcoolémia e no de um terço dos falecidos nas estradas portuguesas ser oriundo de veículos de duas rodas. É verdade! Mas já alguma vez lhe passou pela cabeça olhar para as estatísticas e ver que, de facto, os motociclistas têm taxas de alcoolémia muito inferiores à média da dos automobilistas?! Já alguma vez se deu ao trabalho de ver, nomeadamente, qual o número de motociclistas que são apanhados a falar ao telemóvel?! Zero!

(...)

Tive todo o prazer em ver mais de uma centena de Deputados desta maioria subscreverem o projecto de lei e tenho todo o prazer em saber que há mais de 600 000 portugueses que nunca esmoreceram nesta luta, porque sabem que a causa é justa. É graças a eles que

hoje estamos aqui. Talvez a causa não seja muito mediática, talvez não seja muito pomposa, mas é uma causa justa e para ela peço a vossa colaboração.

Sei que estão preocupados com os custos — é verdade, são elevados —, mas termino como comecei: seja qual for o custo da protecção, ele será, com certeza, inferior ao custo das vidas humanas que se perdem todos os dias.

Estas e outras notícias podem ser consultadas em www.jsd.pt e em www.psd.pt (em Povo Livre)



pela comparência, que só mostra a justeza do projecto de lei que aqui hoje apresentamos.

Não é a primeira vez que este assunto vem aqui, à Assembleia, mas, infelizmente, este problema não se resolve com palavras, com discursos ou com boa vontade; resolve-se com leis e com obras concretas! É isso que hoje aqui começamos a fazer, porque até hoje — e salvo raríssimas excepções — o pouco que já está feito deve-se quase exclusivamente aos muitos motoclubes e a algumas edilidades que, à sua custa e com o seu esforço, protegeram o melhor

A Assembleia da República apoia o «Euro-2004»



Mota Amaral preside à cerimónia da Assinatura do Protocolo entre o Parlamento, as sociedades Euro2004 e Portugal 2004, para a realização de uma exposição sobre os trabalhos de preparação para o Europeu de Futebol, «Euro 2004», no Parlamento.

Primeiro Ministro e Governo associam-se às condolências pela morte de Miklos Féher

Logo que a notícia foi confirmada, o Primeiro-Ministro Durão Barroso, lamentou as “circunstâncias dramáticas” que provocaram a morte do jogador do Benfica, Miklos Féher, vítima de uma paragem cárdio-respiratória em pleno Estádio.

Numa carta enviada à família do jogador húngaro e à direcção e equipa da SAD do Benfica, o chefe de Governo transmitiu, em nome pessoal e do executivo, “profundos sentimentos” pela morte de “um dos mais promissores” jogadores do nosso tempo.

“Estou certo que as circunstâncias dramáticas que levaram ao desaparecimento de Miklos Fehér não se vão sobrepor à juventude, profissionalismo e qualidade que demonstrou em todos os clubes que representou”, pode ler-se na carta.

De acordo com fonte do gabinete do primeiro-ministro, Durão Barroso tinha já transmitido as suas condolências à direcção do Benfica no domingo à noite,

através do secretário de Estado do Desporto, Hermínio Loureiro, que se encontrava no Hospital da Senhora da Oliveira, em Guimarães, para onde o jogador húngaro foi transportado.

Durão Barroso e o governo também se fizeram representar nas cerimónias fúnebres, através do Ministro Adjunto e Secretário Geral do PSD, José Luís Arnaut.

- Lusa



Editorial



A Reforma da Administração Pública

A designada «reforma das reformas» já teve início.

O desígnio fundamental da reforma da Administração Pública não é simplesmente orçamental ou pautado por motivações meramente financeiras.

Um País que pretende encetar o caminho do progresso e do desenvolvimento, construindo um novo modelo económico, carece de uma Administração Pública ágil, eficiente e transparente. É um novo modelo de gestão que o estado necessita. Um modelo alicerçado nos valores éticos de Serviço Público, na avaliação pelo mérito e na responsabilização.

Nesta medida é imprescindível apostar na componente humana, aquela que é decisiva e é o principal activo de qualquer organização.

É com as pessoas, com os funcionários públicos que esta reforma tem de ser feita. Por isso, este Governo, pela voz do senhor Primeiro Ministro, definiu três prioridades :

- Apostar na formação
- Promover a requalificação e
- Fomentar a mobilidade.

As Leis já aprovadas e as medidas que estão em curso de execução, são a principal indicação que esta reforma não tem marcha atrás.

É para fazer.

Para servir o País e todos aqueles que querem trabalhar responsavelmente e com produtividade, em Portugal.

